



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUCAS RAMON PORTO DE ASSIS

**HISTÓRIA FINANCEIRA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA
DA PARAHYBA DO NORTE NA DÉCADA DE 1840**

**CAMPINA GRANDE
2020**

LUCAS RAMON PORTO DE ASSIS

**HISTÓRIA FINANCEIRA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA
DA PARAHYBA DO NORTE NA DÉCADA DE 1840**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos

**CAMPINA GRANDE
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A848h Assis, Lucas Ramon Porto de.
História financeira, econômica e administrativa da
Província da Parahyba do Norte na década de 1840
[manuscrito] / Lucas Ramon Porto de Assis. - 2020.
83 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. História da Paraíba. 2. Parahyba do Norte. 3.
Administração pública. 4. Década de 1840. I. Título
21. ed. CDD 981.33

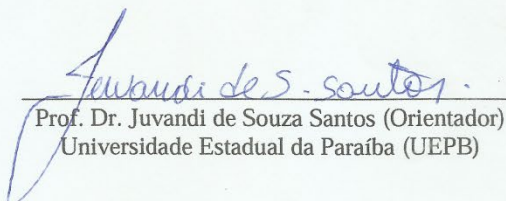
LUCAS RAMON PORTO DE ASSIS


**HISTÓRIA FINANCEIRA, ECONÔMICA E ADMINISTRATIVA DA PROVÍNCIA
DA PARAÍBA DO NORTE NA DÉCADA DE 1840**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Graduação em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em História.

Aprovada em: 25/11/2020.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Juvandi de Souza Santos (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Hilmária Xavier Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Ms. Thomas Bruno de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À memória do Doutor Campos Salles,
Presidente brasileiro que combateu
virtuosamente a primeira crise econômico-
financeira da República;

À memória do Doutor Getúlio Vargas,
Presidente brasileiro que reergueu a combalida
nação nos anos de crise mundial;

À memória dos Presidentes da Província de
Parahyba do Norte, cujos esforços em prol dos
concidadãos provinciais aqui são lembrados;

À memória do Professor Doutor Oliveira
Salazar, Mago das Finanças português.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus criador, único capaz de restaurar a degenerada sociedade contemporânea, que possibilitou do primeiro ao último movimento dispensado na realização deste trabalho, assim como em todas as etapas da vida acadêmica.

Ao meu egrégio orientador, o Professor Doutor Juvandi de Souza Santos, pelo auxílio e experiências várias proporcionadas nos anos de formação e produção desta pesquisa.

Aos professores do Curso de História da UEPB a senhora Doutora Luíra Freire Monteiro, e os senhores Doutor José Adilson Filho e Mestre Anselmo Cavalcanti, que, assim como tantos outros, contribuíram com imensurável incentivo a sempre melhorar.

Aos ídolos, sem os quais a vida é triste, que influenciaram e haverão de continuar a fazê-lo nos anos vindouros, por meio de suas providenciais ações no Brasil e em Portugal, respectivamente, o pensamento sobre a História, Economia e Política, os Doutores Getúlio Dornelles Vargas e António de Oliveira Salazar.

À família que, duma forma ou doutra, contribuiu para o bem-sucedido desenrolar do trabalho.

Ao Bidu e à Luna, que tantas dificuldades impuseram, mas que por tudo compensaram.

Aos colegas de classe pela amizade, apoio e debates, que tornaram a experiência acadêmica, dalguma maneira, mais produtiva e sustentável.

À egrégia instituição do CNPq, por meio de seus programas de incentivos à pesquisa, cuja influência na formação intelectual e propiciação de experiências sem par à autoria deste trabalho deve ser ressaltada, para que se faça justiça ao legado dos anos (e dos homens) egressos da égide do varguismo (E. G. Dutra, 1951);

Aos seguintes artistas, essenciais para os momentos de pausa e descanso após as longas horas de trabalho de pesquisa e digitação, na distração e revigoramento para continuar-se o enfrentamento da campanha: Cary Grant, Frank Sinatra, James Stewart, Gene Kelly, Humphrey Bogart, Dean Martin, Rock Hudson, Peter Ustinov, Gregory Peck, Alfred Hitchcock, Peter O'Toole, Clark Gable, David Niven, Roland Young, Bing Crosby, George Brent, Grace Kelly, Bette Davis, Ingrid Bergman, Lauren Bacall, Audrey Hepburn, Katharine Hepburn, Doris Day, Rita Hayworth, Ava Gardner, Betsy Drake, Sophia Loren, Marilyn Monroe, Jane Wyman, Kim Novak, Deborah Kerr, Lee Remick, Gladys Cooper, Loretta Young, Olivia de Havilland, Gordon MacRae, e a todos os outros astros dos áureos anos de Hollywood, nos quais o talento era pré-requisito.

Sei muito bem o que quero e para onde vou, [...]. Não mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar!

Professor Doutor Oliveira Salazar (Discurso de posse como Ministro das Finanças de Portugal, 1928).

RESUMO

A investigação que aqui se expõe é a culminância de um trabalho que buscou discutir e apresentar os aspectos relativos à História da Província da Parahyba do Norte no século XIX, principalmente sob o ponto de vista econômico-financeiro, inclusivamente referente aos esforços da administração provincial do decênio 1840-1851, voltados a incluir a *Parahyba* entre o rol daqueles entes do Estado brasileiro onde imperava a ordem e o progresso, resultados do processo de estabilização política que se observava no Império, com o fim da Regência (1840), assim como da modernização, propiciada, esta última, nomeadamente, pelas atividades econômicas relacionadas à exportação de Açúcar e Algodão, imperantes na Província, onde o ciclo deste último ainda se fazia sentir com grande expressividade. Neste sentido, através da consulta a documentos oficiais, Relatórios e Mensagens à Assembleia Provincial direcionados, produzidos pelos Presidentes da Parahyba do Norte, assim como àqueles originados por Ministros de Estado da Fazenda, Justiça e Império, e apropriando-se das preconizações de histórias econômica, quantitativa e serial, com embasamento em preconizações de Celso Furtado (2003), F. Mauro (1972), Marczewski (1968), entre outros, foi possível alcançar os objetivos da pesquisa, que eram tanto de compreender a atuação dos entes da Administração Pública provincial no sentido de garantir o progresso econômico da Província em um período crucial para o Império Brasileiro (anos 1840) como apresentar e discutir as estatísticas econômicas e financeiras mais relevantes para a compreensão geral do quadro situacional em que se encontrava a Parahyba do Norte a partir de 1841, as suas oscilações, evoluções e involuções, no decorrer do decênio, assim como as expectativas para o período que se iniciaria a partir de 1850, que se mostravam demasiado promissoras, tomando por base os dados considerados sob a perspectiva de serialização. Foi possível, assim, realizar importante resgate de dados estatísticos relativos à economia, às finanças públicas da Província, assim como às questões de natureza demográfica, à vacinação praticada no período estudado, às obras públicas que se realizavam, e outros aspectos em muito relevantes para a compreensão da Parahyba do Norte da década de 1840, que podem ser complementarmente analisados em conjunto com perspectivas mais sociais, culturais, de mentalidades, ou “observadas sob o ângulo do inferior”, que se encontram em abundância no ambiente acadêmico deste século, autoproclamado “renovado”, qualquer que seja o propósito duma história que a isto busque.

Palavras-chave: História da Paraíba. Administração Pública. Parahyba do Norte. Década de 1840.

ABSTRACT

The research here presented is the culmination of a project that intended to discuss and present the aspects related to the History of the Province of Parahyba do Norte in the 19th century, by the standpoint of economic and financial analysis, also considering the efforts of the provincial Administrations of the 1840s, which aimed at including Parahyba amongst those Provinces of the Brazilian Unitary State where order and progress prevailed as results of the political stabilization process that was observed in the Empire, due to the end of the Regency (1840), as well as of the modernization brought about, namely, by the economic activities related to the export of Sugar and Cotton, prevailing in the Province, where the economic cycle of the latter was still felt with great expressiveness. In this sense, through the consultation of official documents, Reports and Messages to the Provincial Assembly, produced by the Presidents of Parahyba do Norte, as well as those originated by Ministers of State of Finance, Justice, and Empire, and appropriating the recommendations of Quantitative and Serial Histories, furthermore based on the guidance of Celso Furtado (2003), F. Mauro (1972), Marczewski (1968), amongst others, it was possible to achieve the very clear objective of this investigation, which was so much to understand the role of the provincial Public Administration entities in ensuring the economic progress of the Province in a crucial period for the Brazilian Empire (1840s) as to present and discuss the most relevant economic and financial statistics in order to provide the general understanding of the situational framework in which Parahyba do Norte was immersed from 1841 onwards, its oscillations, evolutions and involutions, during the decade, as well as the expectations for the incoming period that would start in 1850, which was marked by promising prospects, based on the data considered under the perspective of serialization. Thus, it was possible to carry out an important retrieval of statistical data relating to the economy, the public finances of the Province, as well as matters of a demographic nature, the vaccination practiced in the period studied, the public works that were being carried out, and other aspects that are very relevant to the understanding of the Parahyba do Norte of the 1840s, which can be complementarily analysed along with more social, cultural, of mentality, or those perspectives “seen from the angle of the ones below”, which are in abundance in the academic environment of this century, self-proclaimed «Renewed», whatever the purpose of such History may be.

Keywords: History of Paraíba. Public Administration. Parahyba do Norte. The 1840s.

ÍNDICE DE DEMONSTRATIVOS

DEMONSTRATIVO 1- Balanço financeiro do ano 1841	27
DEMONSTRATIVO 2- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1841.....	28
DEMONSTRATIVO 3- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1841 e 1842	29
DEMONSTRATIVO 4- Balanço financeiro do ano 1842	31
DEMONSTRATIVO 5- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1842 e 1843	31
DEMONSTRATIVO 6- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1842.....	32
DEMONSTRATIVO 7- Balanço financeiro do ano 1843	33
DEMONSTRATIVO 8- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1843 e 1844	33
DEMONSTRATIVO 9- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1843.....	34
DEMONSTRATIVO 10- Balanço financeiro do ano 1844.....	36
DEMONSTRATIVO 11- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1844 e 1845	37
DEMONSTRATIVO 12- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1844.....	37
DEMONSTRATIVO 13- Dispêndios extraordinários efetuados em razão da seca de 1843-1846.....	39
DEMONSTRATIVO 14- Balanço financeiro do ano de 1845.....	39
DEMONSTRATIVO 15- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1845 e 1846	40
DEMONSTRATIVO 16- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1845.....	40
DEMONSTRATIVO 17- Medidas emergenciais adotadas pelas Administrações Provincial e Imperial no combate aos efeitos da seca, desde o início de sua afetação na Parahyba do Norte (1844-1846)	41
DEMONSTRATIVO 18- Balanço financeiro do ano de 1846.....	42
DEMONSTRATIVO 19- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1846 e 1847	43

DEMONSTRATIVO 20- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano de 1846.....	43
DEMONSTRATIVO 21- Balanço financeiro do ano de 1847	44
DEMONSTRATIVO 22- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1847 e 1848	45
DEMONSTRATIVO 23- Dívidas Passiva e Ativa ao final do ano de 1847.....	46
DEMONSTRATIVO 24- Balanço financeiro do ano de 1846	47
DEMONSTRATIVO 25- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1848 e 1849	47
DEMONSTRATIVO 26- Dívidas Passiva e Ativa ao final do ano de 1848.....	48
DEMONSTRATIVO 27- Balanço financeiro do ano de 1849	49
DEMONSTRATIVO 28- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1849 e 1850	50
DEMONSTRATIVO 29- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1850 e 1851	51
DEMONSTRATIVO 30- Balanço financeiro do ano de 1850	52
DEMONSTRATIVO 31- Dívidas Passiva e Ativa ao final do ano de 1850.....	52

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1- Balanço geral dos anos financeiros da década de 1840 (1841-1850) da Parahyba do Norte	53
TABELA 2- Balanço geral dos valores exportados e importados pela Província de Parahyba do Norte na década de 1840 (1841-1850)	54
TABELA 3- Arrobas de Algodão e açúcar, e volume de couros, exportados pela Província de Parahyba do Norte na década de 1840 (1841-1850).....	54
TABELA 4- Comparativo entre os volumes dos principais produtos exportados pelo Brasil e pela Parahyba do Norte, incluindo o café, nos exercícios de 1848-1849 a 1850-1851	55
TABELA 5- Variação de preços médios oficiais dos principais produtos exportados pela Parahyba e pelo Brasil, incluindo o de café, nos exercícios de 1839-1840 a 1850-1851 ...	55
TABELA 6- Comparativo entre os valores médios de principais produtos exportados pelo Brasil e pela Parahyba do Norte, incluindo o café, nos exercícios de 1848-1849, 1849-1850 e 1850-1851.....	56

TABELA 7- Evolução dos indicadores das dívidas Passiva e Ativa na década de 1840 (1841-1850).....57

TABELA 8- Comparativo (aproximado) entre os valores exportados pela Parahyba do Norte e as demais províncias localizadas a nordeste do Império Brasileiro, nos anos financeiros de 1846-1847 a 1850-1851.....57

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1- Lista dos Presidentes da Província da Parahyba do Norte, entre 1841 e 185058

QUADRO 2- Demonstrativo de Receitas e Despesas e dos valores oficiais exportados e importados no Império do Brasil desde 1833 até 1840.61

QUADRO 3- Evolução do contingente da Força Policial da Parahyba do Norte, no decorrer dos anos 1840.....65

QUADRO 4- Sobre os réus (julgados por Júri) na Província da Parahyba do Norte, destacando os mais graves/destacados, e deles a ocupação.....65

QUADRO 5- Do número de indivíduos vacinados, na Capital, a partir de 1842, segundo as estatísticas oficiais72

QUADRO 6- Das obras de armazenamento d'água intencionadas para serem construídas em localidades da Província de Parahyba do Norte, a partir de 1846, ápice da seca.75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DO CARÁTER TEÓRICO DO TRABALHO.....	17
3 EXERCÍCIOS FINANCEIROS DA DÉCADA DE 1840 (1841 A 1850).....	26
3.1 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1841-1842	27
3.2 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1842-1843	30
3.3 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1843-1844	32
3.4 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1844-1845	35
3.5 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1845-1846	38
3.6 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1846-1847	40
3.7 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1847-1848	44
3.8 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1848-1849	46
3.9 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1849-1850	48
3.10 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1850-1851	50
3.11. ESTATÍSTICAS ADMINISTRATIVAS/ECONÔMICO-FINANCEIRAS GERAIS DA DÉCADA DE 1840 NA PARAHYBA DO NORTE.....	53
4 DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA PARAHYBA DO NORTE NA DÉCADA DE 1840.....	59
4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO PERÍODO REGENCIAL.....	59
4.2 DA PARAHYBA DO NORTE	62
4.2.1 Da Segurança Pública/Administração da Justiça	62
4.2.2 Das Obras Públicas	66
4.2.2.1 Sobre a edificação/reestruturação de pontes	67
4.2.2.2 Das estradas	68
4.2.2.3 Obras em geral	69
4.2.3 Da Salubridade Pública	70
4.2.4 Da seca que assolou a Província	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

1 INTRODUÇÃO

Já há incontáveis trabalhos que realizam reconto de fatos históricos, relevantes ou nem tanto, relacionados à Província da Parahyba do Norte¹ oitocentista, tratando de aspectos da vida quotidiana, analisando as questões de ordens urbanística, sanitária, educacional, sociológica, e mesmo econômico-financeira — ainda que esta última seja principalmente produzida pelos autores clássicos de história da Paraíba, assim como por outros que se utilizaram dos fatores quantitativos da economia apenas como aspecto completar, uma vez que ilustravam diversos temas de análise sobre os quais se propunham debruçar. A investigação ora introduzida busca somar-se ao rol de produções que intendem explicar e apresentar a *Parahyba* pretérita, desta feita enfocando no que se refere à ação de homens pouco lembrados na historiografia paraibana, os Presidentes da Província, os quais, através dos dispositivos administrativos de que dispunham, tão importantes foram, juntamente com os empreendedores dos vários ramos da economia provincial, assim como da mais simples gente que compunha as massas trabalhadoras, na definição dos caminhos que trilharia a *Parahyba* e seus *parahybanos*, até a culminância no século em que se produz este trabalho.

Nesse sentido, os esforços dispensados na consecução das páginas que se seguem tiveram por objetivo responder ao seguinte “problema”²: de que maneira organizou-se a Administração Provincial a partir dos primórdios da década de 1840, período em que se desintegra a Regência Una Permanente em favor de Sua Majestade Imperial D. Pedro II, tomando por base os programas estabelecidos pelos Presidentes que se sucederam neste decênio, e compreendendo as questões econômicas e financeiras relacionadas à Parahyba do Norte, para que se fizesse possível traçar o quadro estatístico geral da Província nas múltiplas áreas que compõem a administração de um ente do Império Brasileiro, além de sua preparação para os anos que se seguiriam.

Assim sendo, com este intento, de maneira incisiva e a se sobrepôr a quaisquer dúvidas sobre a natureza desta investigação, encontrar-se-á em seu decorrer específico levantamento acerca dos concretos dados estatísticos da vida administrativa da Província de Parahyba do Norte na década de 1840, incluindo os balanços de cada exercício financeiro do decênio, os valores da dívida pública neles amontada, os valores pecuniários e de volume dos

¹ A palavra *Parahyba* é naturalmente, um arcaísmo, utilizado para denominar a Província até o século XX. Neste trabalho, utilizar-se-á deste termo para fazer referência ao que hoje é o estado da Paraíba, quando se estiver a referir à Província pretérita.

² O termo utilizado refere-se à obsessão que se observa no ambiente acadêmico em jamais se prescindir da busca por responder a um suposto questionamento, embasamento primeiro de toda e qualquer produção histórica, segundo afirmam os historiadores mais ligados à teorização dos chamados *Annales*.

mais importantes produtos que compunham o rol daqueles exportados e importados através do porto local ou de Pernambuco, registados pela agência coletora que na vizinha província pernambucana localizava-se, o destino destes gêneros, bem como a evidenciação dos ciclos econômicos a que se relacionam, sem que se negligenciem as devidas considerações sobre os planos realizados pelo Governo Provincial para maximizar todos estes indicadores. Além disso, naturalmente, serão observadas considerações relativas aos programas administrativos que visavam a realização de profundos melhoramentos e reorganizações estruturais e estruturantes na *Parahyba*, em vista de que já se evidenciavam as preocupações com salubridade pública, qualidade de vida da população, segurança e seguridade, que muito bem se relacionavam, ademais, com as necessidades da economia, que se acentuavam à medida que o progresso e a modernização iam transformando a Província, do litoral às sertanias mais longínquas.

Os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para orientar o desenvolver da investigação não se podem limitar à simplória definição de alguma corrente historiográfica, porque aquelas a que se dispensou atenção não foram consideradas de maneira ortodoxa ou com preciosismo de seus princípios. Assim, resguardando-se as especificidades da discussão para o primeiro capítulo do trabalho, a pesquisa histórica foi idealizada tomando por base grandiloquente trabalho do senador Liberato de Castro Carreira, de 1889: *História financeira e orçamentaria do Imperio do Brazil desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência* que, mesmo em não se podendo chamar-lhe fruto de investigação de alguém consagrado *historiador profissional* [como não havia nos primórdios do século, tomando como base o fato da história do Brasil, e de muitas outras nações, *a priori* necessitar(em) dos gênios chamados “positivistas da Escola Metódica”, formados nas diferentes ciências sociais, para sobre ela escrever(em); e mesmo hoje, no Brasil, uma vez que a historiografia não se configura enquanto oficial ocupação profissional], traz contribuições muito importantes para a análise de questões relativas às finanças, economia, e Administração Pública de maneira geral no Brasil pós-1822, até a Revolução de 15 de novembro de 1889.

Após a análise da obra referida acima, foi possível principiar-se o processo intelectual consistente em realizar interpelações dos aspectos já elencados, transpondo-lhes para a Província da Parahyba do Norte, origem do questionamento que embasou toda a dissertação aqui apresentada, já exposto em predecessora ocasião. Tal concluído, foi automática a intrínseca referenciação aos autores clássicos que trataram das questões quantitativas na História do Brasil, nomeadamente Caio Prado Júnior (1970), Roberto Simonsen (2005), e

Celso Furtado (2005), havendo sido submetidos, os magistrais trabalhos [*formação econômica do Brasil, história econômica do Brasil (1500-1889), história econômica do Brasil*], respectivamente], à análise que visava ora tê-los por fontes de informações estatísticas e de orientação, ora como auxílios teóricos da intenção essencial de se executar uma pesquisa que respeitasse pressupostos científicos, considerando os métodos de extração de informações, os modelos de escrita, a lógica organizacional do matiz historiográfico, entre outros aspectos.

Além disso, consideradas as obras acima expostas, o trabalho utiliza-se de embasamento iminentemente historiográfico e da ciência econômica, como as preconizações dos economistas históricos Frédéric Mauro e E.N. Gladen, além da teoria mais ampla aplicável à Administração Pública, para melhor alcançar os objetivos propostos. Estas e outras questões de natureza teórico-metodológica haverão de ser mais bem discutidas no primeiro capítulo deste documento.

Conhecida sinteticamente a base sobre a qual se sustenta a investigação, passar-se-á ao que se refere às fontes utilizadas para o bem sucedido desenrolar do trabalho. É fato que, mesmo o principal idealizador do Historicismo, o eminente Leopold von Ranke (1875), já se apercebia da necessidade de cautela no trato às fontes, porque em qualquer uma delas observar-se-ia algum afloramento subjetivo do autor, submetido ao contexto histórico e aos vários interesses que lhe permeiam, e não seria o aspirante a historiador que produziu esta pesquisa aquele a ignorar constatação de um grande clássico da ciência histórica. No entanto, para atender às intencionalidades desta pesquisa, e para que se incorresse em menor medida nos riscos da falta de objetividade, pernicioso quiçá em maior medida quando analisados temas quantitativos, as fontes das quais se fez uso para obtenção dos vários dados aqui apresentados são provenientes dos órgãos oficiais da Administração Pública da Província da Parahyba do Norte ou dos Ministérios do Império, da Fazenda, e da Justiça do Brasil, nomeadamente **Relatórios** e **Mensagens** que os estadistas submetiam como prestação de contas às Assembleias Provincial e Geral, com dados que não possibilitam grande margem de dúvida quanto à veracidade, consideradas as incertezas e inexatidões, típicas de um período em que ainda se organizava uma burocracia administrativa eficiente, e desprovido de tecnologias como as de hoje. Destas fontes, assim, foram extraídos os programas administrativos dos responsáveis por sua produção, o trabalho que intentavam realizar e já haviam posto em prática, os dados estatísticos tão ricos e variados, assim como as perspectivas futuras de uma Província, e mesmo de todo o Império, considerados sob o ponto de vista da serialização, que permitiu a sistematização das informações, sobre as quais

afirmações e comparações foram feitas, analisados sob prisma objetivo, que não deixou de levar em conta os sentimentos, muita vez utópicos, contidos nos relatos dos homens responsáveis pelos destinos de um povo.

Ademais, todos os documentos que serviram de fonte ao trabalho encontram-se em arquivo digital, disponibilizado pelo *Center for Research Libraries*³, organizados por cada exercício financeiro e proveniência (Províncias, Império). O contato com o referido arquivo deu-se após pesquisas diferentes, que analisavam questões de natureza administrativa da Parahyba do Norte, mas ligadas apenas à política de Salubridade Pública da Província. Após uma extensiva consulta a quase a totalidade dos Relatórios/Mensagens dos Presidentes, observados sendo os dados quantitativos referentes à economia e às finanças provinciais, excitou-se o senso historiográfico para que um trabalho como o presente fosse produzido, especialmente relacionado à década de 1840, pois, através da investigação preliminar, figurava como sendo preparatória para os anos de bonanças que se observariam na Parahyba do Norte no decurso do século XIX.

Isso considerando, a pesquisa que se segue divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo, denominado *do caráter teórico do trabalho*, é, mormente, de natureza teórico-metodológica, onde as informações sintetizadas nesta introdução sobre o carácter historiográfico da investigação são mais especificamente trabalhadas, ainda que não seja deste a intenção criar um infrutífero e prolixo debate sobre esta questão, razão pela qual se apresenta pouco extenso, sem que advenham problemas em seu conteúdo, ainda que, naturalmente, admita-se a possibilidade de incorreções ou insuficiências no decorrer de suas poucas páginas, aquelas não intencionais, e estas conscientemente presentes, derivadas de ainda pueris capacidades de mais prolongadamente dissertar-se. A leitura desta seção é, em verdade, necessária para o cumprimento de requisitos impostos pela Academia, sobre o embasamento teórico de um trabalho, bem como dele a leitura pode preparar o intelecto para o contato com diversa vertente historiográfica daquela *mainstream*, além de servir como agradável conhecimento àqueles mais interessados em aspectos de ordem econômico-financeira.

O segundo capítulo, representante maior do carácter do trabalho realizado aqui, como o sugere a sua denominação *exercícios financeiros da década de 1840 (1841 a 1850)*, contém

³ De acordo com a definição do próprio site, o CRL “is an international consortium of university, college, and independent research libraries. Founded in 1949, CRL supports original research and inspired teaching in the humanities, sciences, and social sciences by preserving and making available to scholars a wealth of rare and uncommon primary source materials from all world regions”. Para acesso ao sítio principal: <https://www.crl.edu/>.

os dados referentes aos Exercícios Financeiros da Província de Parahyba do Norte entre 1841-1842 e 1849-1850, os quais se configuram enquanto os balanços de cada ano (receita/despesa/saldo), os valores pecuniários dos produtos exportados e importados pela Província, a evolução da dívida pública, entre outros. Esta seção é, portanto, aquela em que o quadro das finanças e economia da Parahyba do Norte é apresentado e discutido, evidenciando-se, efetivamente, o projeto de administração que se adotava na altura, a sua evolução, variações e, naturalmente, os ciclos econômicos que se observavam na Província, aqui sendo indispensável a utilização das preconizações da serialização. Ao final da seção, ademais, algumas tabelas estão presentes, nas quais alguns dos mais necessários indicadores para compreender a vida financeiro-econômica da *Parahyba* dos anos 1840 estão dispostos.

O último capítulo, seguido apenas de rápidas considerações finais e das referências, relaciona-se mais precisamente com as demais questões da vida administrativa da Parahyba do Norte, nomeadamente interrelacionando-as ao progresso de sua economia e do cenário fiscal, apresentados na predecessora seção. Assim, discorreu-se sobre os aspectos (dados estatísticos, considerações, dispêndios) relativos ao processo de reestruturação da Província, através de novas estradas e pontes, muito importantes para a manutenção do modelo de exportações-importações, à Segurança Pública e Administração de Justiça, para que um quadro geral dos crimes, corpo policial, réus,..., nos anos 1840 fosse compreendido, além de relacionar a afetação da seca que assolou a *Parahyba* durante boa parte do decênio, sem esquecer, ademais, das nascentes preocupações das autoridades com os aspectos referentes à salubridade pública, englobando a construção de cemitérios, relocação de matadouros públicos, reforma de fontes, entre outros.

Antes de se finalizar a introdução deste trabalho, o seu autor permite-se nele uma primeira imersão para que realize uma consideração: o eventual leitor, ainda ao analisar os elementos pré-textuais, apercebeu-se já a esta altura que a presente monografia encontra-se permeada por muitas ilustrações (demonstrativos, tabelas e quadros), o que pode não apetercer a todos os que venham a entrar em contato com a referida. É preciso ressaltar ter sido esta uma escolha da autoria, como forma de sintetizar as informações estatísticas apresentadas, além de ser percebida enquanto um método mais eficiente por meio do qual partir-se a comparativos entre os dados, bem como de se tecerem considerações sobre os mesmos, maior enfoque da pesquisa.

Espera-se, após estes sintéticos apontamentos iniciais, que sejam de alguma relevância para a História da Paraíba as temáticas que passarão a ser tratadas a partir da subsequente página.

2 DO CARÁTER TEÓRICO DO TRABALHO

Principiando o trabalho, não se poderia furtar da realização de apanhado teórico geral, bem como das influências que se configuraram enquanto indispensáveis na consecução do mesmo. Já mencionados foram alguns dos mais destacados autores e teóricos cujas contribuições encontram-se presentes no decorrer dos parágrafos que se principiam a partir da segunda seção desta monografia, e mais especificamente sobre eles discorrer-se-á, em vistas a que mais evidente esteja o embasamento que forneceram, consubstanciando a tese principal que ora propôs-se apresentar, e garantindo-lhe a validação científica que tão prezada é.

É necessário destacar-se um fato inequívoco no referente à teoria que embasa o trabalho: não houve quaisquer apropriações de conceitos abstratos ou generalizantes de autores da ciência histórica, nomeadamente os de caráter social, uma vez que, em se tratando de um esforço que analisa o peso de estruturas econômicas do período específico (década de 1840) por sobre o quadro geral da Administração Pública da Parahyba do Norte, pouco enfoque houve em ressaltar-se a atuação individual no processo histórico (assim o exigia a temática!), uma vez que não se relacionam com o objeto de estudo entendido nesta monografia. Tal resalta-se, por escolha do autor, para que não haja considerações no sentido de se pensar o trabalho apresentado enquanto relacionado ou preocupado com a análise efetiva da vida quotidiana dos *parahybanos*, influenciados pela economia e pela atuação do Poder Público, no que, fosse este o caso, falharia de maneira grotesca.

Em uma sintética referência à faceta relacionada à Administração Pública componente desta pesquisa, é importante ressaltar-lhe a concepção adotada em relação a esta autónoma matéria, sem que as discussões teórico-metodológicas principalmente dos anos 1970, quando da ascensão desta modalidade de estudo na historiografia, venham a ser consideradas. Assim, são dispensáveis as definições propostas pela Teoria Geral do Estado ou mesmo referentes ao Governo, uma vez que ambos estes termos foram incorporados à terminologia mais ampla de Administração Pública, principalmente devido ao enfoque da investigação: analisar as efetivas ações administrativas, independentemente do sistema ou da forma de governo, exaltando a dissociação de política e administração, conforme a abordagem ortodoxa da matéria (MARTINS, 1995).

Considerando uma definição extensiva e que pode mesclar as várias maneiras de entender-se a Administração Pública, confirmada mesmo quando contrapostos dois autores aqui apropriados parcialmente (COSTA, 2008), (GLADEN, 1972), a pesquisa aplica as

seguintes ideias ao termo (assim ficando justificadas as temáticas tratadas no capítulo terceiro do trabalho, contempladas deste ponto de vista mais amplo e suficientemente expansivo):

[...] é uma expressão polissêmica, pois designa ao mesmo tempo uma instituição, um corpo de funcionários, uma forma de gestão e uma disciplina. Neste contexto, a instituição é o aparato administrativo que dá consequência às decisões do governo, quer dizer, que implementa as políticas públicas. É o conjunto de organismos que administra a *res publica*; o corpo de funcionários que dá vida a essas entidades. É o repertório de atividades governamentais destinadas à realização do interesse público ou bem comum de uma coletividade (COSTA, 2008, p. 3);

Se considerarmos a administração pública, como penso que devemos, como dedicada às atividades administrativas do governo, torna-se claro que ela não pode ser confinada a apenas um de seus ramos, expressamente o Executivo, mesmo se é nele que a atividade administrativa está concentrada de forma mais intensa e, poder-se-ia acrescentar mais importante. Evidentemente os ramos legislativo e judiciário têm necessidades administrativas importantes, que a administração pública deve ser capaz de satisfazer (GLADEN, 1972, p. 29).

Sobre dois dos mais difundidos e elevados à categoria de clássicos autores de História Econômica do Brasil, Celso Furtado e Caio Prado Júnior, seria impossível, assim como desnecessário extrair-lhes as especificidades teóricas dos trabalhos, tendo em vista versarem sobre os complexos fundamentos da economia brasileira, num apanhado desde a gênese do país a 1500, interrelacionando questões de renda, desenvolvimento, influência de força de trabalho,..., aspectos que não são pertinentes para a presente pesquisa. Sem embargo, é indispensável extrair-lhes das suas obras magnas algumas preconizações, e assim foi feito. No concernente ao século XIX, estes autores tecem considerações que, naturalmente, aplicam-se à lógica econômico-financeira observável, também, na Província da Parahyba do Norte, objeto deste estudo, referente aos gêneros de exportações, relativamente aos ciclos coexistentes, à importância inumerável da atividade agroexportadora para a subsistência do país e suas províncias, bem como a dinâmica comercial que se observa por quase todos os anos 1800. São investigações muito mais complexas e abrangentes, é fato, razão pela qual foram apropriadas em parte pelo presente trabalho, adaptadas à complementar necessidade de integrar-se a lógica nomeadamente econômica à realidade administrativa, interdependente desta e que lhe é complementar, sendo o oposto também válido.

Além disso, tratando em específico da teorização do grande Celso Furtado, foi a sua crucial análise da relevância da expansão das exportações para o desenvolvimento econômico do Brasil que marcadamente instigou a presente pesquisa apresentada a conceder preponderância no trato com os dados referentes aos volumes exportados pela Parahyba do Norte, os preços dos produtos e a formação do rol dos gêneros comerciados. Apropriada esta

lógica de desenvolvimento econômico, e aplicada à Província, evidenciam-se as considerações que o economista já fizera em relação ao Império do Brasil, que denotam o quadro de estagnação observado até os anos 1850, com uma especificidade em relação à *Parahyba*: sendo uma província pequena, dependente quase que exclusivamente das exportações de açúcar, algodão e couro, cujos preços são depreciados comumente, demandando maiores volumes vendidos para que os valores das receitas mantenham-se estáveis, sofreu, sem dúvida, perda do nível de renda geral e de dinamismo econômico, o que lhe atrasou o processo de industrialização, mas ainda assim protagonizou um período de bonanças no pós década de 1840, uma vez que soube sempre acompanhar as quedas de preço com o incremento de produtividade, nomeadamente em relação ao algodão.

Ademais, as preconizações de Furtado fazem-se presentes neste trabalho (com as ressalvas já elencadas, pois que são muito mais complexas do que o escopo da pesquisa permitir-lhes-ia abarcar) quando se apropria e evidencia-se a prevalência do ciclo econômico e produtivo na história brasileira, que vem determinar os rumos da sociedade, e o conseqüente atraso na industrialização e no desenvolvimento pleno do Brasil. No caso em tela da Parahyba do Norte, sujeita à estrutura econômica determinante do processo administrativo, foi possível discorrer-se sobre as características de sua economia pretérita, com a particularidade não de considerarem os fatores de atraso, mas sim de sucesso com prolongamento do ciclo econômico do algodão, através de um programa administrativo eficiente, que se esforçou no sentido da manutenção ou incremento de produtividade, com grande ímpeto, dos campos agricultáveis, até primórdios dos anos 1900.

A partir de análise do verdadeiro compêndio de História Econômica, de autoria do Doutor Roberto Simonsen, renomado intelectual em matéria quantitativa no Brasil, observou-se o grande valor do método de que lança mão na análise da evolução dos rendimentos por todo o território brasileiro, que é claramente relacionado à serialização⁴ das informações, e os resultados obtidos são submetidos ao escrutínio de maneira que possam consubstanciar a tese

⁴ Em páginas predecessoras e posteriores, encontram-se e encontrar-se-ão referências a uma História Serial ou à serialização de dados e fontes, como no caso em tela. Àquele afeito às preconizações de Frédéric Mauro, as quais foram observadas no decurso desta investigação, sobre o que o eminente historiador chama de história seriada, pode parecer contraditória ou imprecisa a aplicação do método serial (tradicionalmente definido) quando considerando as ‘contas nacionais’, de Marzewski e sua História Quantitativa. No entanto, em vistas das interpretações mais recentes sobre este método historiográfico, aqui aparece apenas para denotar a consideração das fontes enquanto organizadas em mesma tipologia e no decurso dos anos, assim sendo possíveis as considerações comparativas entre os dados que apresentam.

O próprio Doutor Simonsen é citado por Mauro (1972) enquanto pertencente a uma nova definição de história por este pensada (com base no manejo específico dos dados seriados), cuja denominação é a história conjuntural, na qual se pode enquadrar a presente pesquisa, ainda que com as peculiaridades tratadas neste capítulo.

que se busca confirmar. No decorrer de sua investigação, o eminente Doutor Simonsen trabalha com estatísticas, relacionadas às diversas atividades econômicas desenvolvidas no Brasil desde sua fundação, e que são bastante esclarecedoras em se tratando dos números referentes ao comércio exterior, à produção dos gêneros exportados pelo Brasil no decurso da História, incluindo os reflexos destas estatísticas por sobre as finanças nacionais, e o processo administrativo disto proveniente. Replicou-se este modelo na pesquisa que ora apresenta-se.

Não se pode deixar de destacar, também, a supremacia das questões de ordem econômica, considerada magistralmente pelo mesmo Doutor Simonsen, por sobre os demais setores da vida de um povo. Esta constatação, que não lhe é exclusiva, mas bem retrata as influências em sua noção de História, tornou-se em *motto* para o presente trabalho, uma vez que, efetivamente, em vistas da evolução jubilosa da economia da Província de Parahyba do Norte, e no almejo de a alcançar e conservar, com os retrocessos eventuais, resolvidos com o esforço de um programa administrativo com tal fim, consagrou-se uma lógica organizacional da administração provincial própria, estudada nas páginas que se seguem, com consequências perenes. Nas palavras do próprio Doutor Roberto Simonsen, que se podem trazer para análise mais limitada da Parahyba do Norte dos anos 1840:

Sem irmos ao exagero de tudo atribuir a motivos de ordem econômica, não podemos deixar de reconhecer sua crescente importância na evolução dos povos. Se é verdade que em determinados períodos históricos constatamos a influência de fatores religiosos, culturais e políticos, afetando profundamente o desenvolvimento dos povos, o característico fundamental dos tempos modernos, iniciados contemporaneamente com a descoberta do Brasil, é a preponderância do fator econômico. Daí, alguns historiadores atribuírem à história política e militar a simples exposição descritiva dos fatos históricos, reservando para a história econômica a investigação do “porquê” desses fatos (SIMONSEN, 2005, p. 38).

Além disso, foi importante tomar como base outra obra, já mencionada nos apontamentos introdutórios, de autoria do senador Liberato Carreira, denominada *História financeira e orçamentária do Imperio do Brazil*. Este livro inaugura o gênero de História que o intitula, e já concede importantes pressupostos a serem seguidos por historiadores que intendam percorrer este gênero da ciência histórica, pouco enveredado, atualmente. Neste sentido, realizou-se um estudo efetivo sobre as questões inerentes à vida econômico-financeiro-administrativa do Estado Unitário brasileiro, para que tal fosse aplicado à Parahyba do Norte, de forma ordenada e baseada na intrínseca interrelação entre todas, o que pressupõe, também, embasamentos de natureza contábil, disponibilizados pela análise dos autores mencionados no parágrafo que a este atual precede. Assim, para que mais precisamente

familiarize-se o leitor com a definição da história que de embasamento serviu para a realização deste trabalho, o pequeno excerto introdutório da obra elaborada pelo Senador Liberato Carreira segue-se:

A história financeira de um *paiz comprehende* a sua vida económica e administrativa, as *quaes* se acham tão ligadas entre si, que a prosperidade de uma dá a medida do bem-estar e da *excellente organização* da outra; *dahi* o grande princípio ou axioma administrativo - boas finanças, boa politica (CARREIRA, 1889, p. 05).

Assim sendo, permite-se o autor desta pesquisa imersão em seu trabalho para afirmar que foi a pouco conhecida, mas tão rica obra do Senador Liberato Carreira, aquela que incitou a produção do conteúdo disposto nas páginas devidas, uma vez que o esforço deste grande brasileiro apresentou-se enquanto complementar àquele dos demais citados anteriormente, que também substanciam esta investigação. Compreendendo e apresentando as estatísticas de ordem econômica, integrando-as ao contexto de natureza financeira, às rendas orçamentárias, aos investimentos da Administração Pública, empréstimos/endividamento, como fez-se aqui, é possível retratar alguma medida do *modus vivendi* dos pretéritos brasileiros e *parahybanos*, evidenciando-se a evolução das práticas governativas em meio aos ciclos econômicos, ao nível de renda dos indivíduos, e mesmo às questões de natureza política de um povo no tempo.

Para consubstanciar ainda mais a teoria da qual se apropriou (parcialmente) a presente investigação, faz-se necessário compreender a estratificação que faz o historiador José d'Assunção Barros, cuja trajetória nos estudos de Teoria da História é célebre, em texto publicado sob o título de *o campo histórico, considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea* (2005), deste campo da História a que se refere, aqui utilizado como uma definição da matéria de História Econômica, à qual está vinculada (com as idiosincrasias impostas pela temática e pelos recortes espacial e temporal) esta investigação que ora apresenta-se. Separando os grandes blocos da ciência histórica em três (domínios, dimensões e abordagens), Barros inclui a História Econômica enquanto representante de dimensão própria, ou seja, de um bloco temático específico, perpassado metodologicamente por abordagens de pesquisa, principalmente, de Histórias Serial⁵ e Quantitativa⁶, e foi destarte que também se procedeu para analisar a Parahyba do Norte dos anos 1840, aqui considerada.

⁵ Ver a nota anterior.

⁶ Quando há a utilização do termo História Quantitativa, tomado em sua forma pura de teoria da História, é preciso fazer-se uma ressalva. Na definição que se apresentou de José d'Assunção Barros, este modelo

Interessante, ademais, e em conformidade com a mesma proposição de Barros (2005), é que seja limitado o aspecto de estudo ao qual se dedica esta pesquisa. Considerando haver os historiadores econômicos que percebem a História enquanto determinada pela produção e seus meios, os marxistas, portanto, e aqueles que buscam compreender como se dá a apropriação das riquezas produzidas no seio da sociedade, ou seja, primordialmente debruçam-se sobre a lógica do consumo, a presente investigação — tendo em vista os questionamentos que a embasam, logo a intencionalidade do pesquisador em relação ao objeto do estudo (a Província de Parahyba do Norte) — tende a considerar o aspecto de distribuição e circulação dos produtos e seus proventos, complementarmente analisando como se organiza, sob a égide desta circulação de bens e recursos, a Administração Pública, numa dimensão transversal da História. Nas considerações do mencionado historiador José d’Assunção Barros:

Por outro lado, o enfoque do historiador econômico também pode se dirigir para a esfera da circulação (ou da distribuição). Serão estudados aqui os ciclos econômicos, os preços, as trocas, o sistema financeiro. [...] Destaca-se uma interface evidente da nova História Econômica com os diversos desenvolvimentos da ciência social da Economia. Na verdade, o estudo dos ciclos, das conjunturas, da flutuação de preços e salários (e tantos outros aspectos) tornou-se possível a partir do diálogo com a Estatística. Estes novos campos da História Econômica tornam-se possíveis com a quantificação – com aquilo que logo passaria a ser chamado de História Quantitativa (BARROS, 2005, p. 235).

Em vista do já exposto, e não sendo do interesse deste trabalho realizar debate sobre as tendências teórico-metodológicas em História Econômica, bastará considerarem-se as filiações parciais a vertentes historiográficas até o momento deste capítulo expostas, que

historiográfico configura-se quase como uma derivação metodológica própria da História Econômica, assumindo um caráter desvinculado desta, uma vez que autónomo, sem que outras diferenciações dentro deste campo historiográfico sejam realizadas. No entanto, quando o economista polonês Jean Marzewski faz referência a uma História Quantitativa, este atenta para a diferenciação de dois outros métodos em História Econômica, que não se podem enquadrar enquanto ‘Quantitative History’, inclusivamente a Cliometria- *Cliometrics* (Nova História Econômica).

Pode-se apresentar enquanto a mais importante preconização de uma análise histórica que intenda ser quantitativa, a consideração dos fenómenos históricos (relativos à economia ou não) do período e local do estudo, apercebendo-se o historiador quantitativo da interrelação entre os dados estatísticos-econômicos com os demais, das vida social, política e cultural da sociedade em questão. Ademais, é muito marcante, em especial nos trabalhos inaugurais de História Quantitativa, em especial do eminente Nobel em economia de 1971, Simon Kuznets, ser objeto de estudo desta modalidade historiográfica os dados relativos às *national accounts* (contabilidade das nações), que incluem os balanços financeiros dos agentes econômicos de um país (no passado e no presente), compreendendo a organização e orientação do desenvolvimento econômico da nação onde se processam as pesquisas, os produtos e atividades produtivas de maior destaque em determinado período, bem como a evolução da riqueza produzida e repartida naquela sociedade.

Em considerável medida, similarmente procedeu-se na análise da Parahyba do Norte, em decurso da década de 1840.

viriam a culminar — a partir das preconizações apresentadas pelo eminente Doutor F. Mauro (1972) — num trabalho de *história conjuntural*, destarte definida pelo mencionado historiador, em ensaio sobre a matéria:

É ela que constrói as séries estatísticas com muito cuidado, mas não as utiliza senão como indicadores da conjuntura, a curto e a longo prazo. Em tal história o que conta é a passagem de uma fase A ou *a* a outra B ou *b*, é a intensidade de variação, seus efeitos sobre a vida social e política. Henri Hauser, colocando-se neste ponto de vista, pôde afirmar que a flutuação a curto prazo era, para o historiador, mais importante que a variação a longo prazo. [...] Poderíamos dizer também que, de certa forma, tudo o que se escreveu sobre os ciclos da economia brasileira apoiado nas séries de produção do gênero dominante (açúcar, ouro, café e ainda cacau ou borracha para os ciclos regionais) é do domínio da *história conjuntural* (MAURO, 1972, p. 306).

Em relação à utilização de métodos quantitativos para análise de História Econômica, as preconizações neste sentido advêm do economista polonês Jean Marzewski. Dentro desta categoria maior, naturalmente há variantes que se relacionam às questões metodológicas e de escopo de uma investigação proponente a configurar-se enquanto de natureza quantitativa. Marzewski (1968) apresenta três formas⁷ diferentes de se realizar uma análise econômica em História, a depender da aplicação de métodos quantitativos na análise intendida dos fenômenos histórico-econômicos. Aquela utilizada no decorrer deste trabalho, limitada por questões de naturezas temporal e espacial, além de ser também intenção de seu autor que assim o fosse, é a mais tradicional e primordial dentre as três maneiras, observável em textos cuja temática é a economia desde os clássicos — naturalmente não sendo a única — até os mais atuais, com variações a depender da intencionalidade do investigador responsável pelo trabalho. Assim sendo, dispondo da definição do referenciado economista, em texto sobre a temática, afirma-se que a técnica teórico-metodológica da qual se utilizou para concussão da investigação presente:

[...] illustrates the historical narrative with statistical data, which serve, in essence, to characterize the structures under scrutiny, to explain an evolution in a certain period, or to illustrate the relation between two or more series of factors. Important though it may be, this application of statistics does not fundamentally change the traditional methods of economic history. (MARCZEWSKI, 1968, p. 3)

⁷ A primeira delas, que foi aquela utilizada pelo trabalho, consiste em analisar as estruturas econômicas através de uma série de fatos, para sobre elas fazer considerações. A segunda maneira é a chamada “nova história econômica”. A terceira forma, quiçá muito bem conhecida, é efetivamente denominada História Quantitativa, que muito se relaciona com a análise de contas públicas, a partir delas compreendendo o contexto histórico.

Não obstante, não se haverá de desconsiderar, outra vez mais sob a égide das limitações já mencionadas, as teorizações relativas à efetiva História Quantitativa⁸, quando de seu caráter de integração entre as visões de um historiador, valorizando as especificidades de uma região ou país, e do economista que, em sua busca por teorias econômicas generalizantes, as quais explicariam qualquer fenômeno em qualquer economia do mundo, similarmente ao que desejavam os historiadores mais afeitos às ideias positivistas do princípio do século XIX, analisa os processos econômico-sociais específicos em cada sociedade no tempo, ressaltando a lógica pré-estabelecida e passível de ser aplicada em toda parte do mundo. O presente trabalho pode evidenciar tal fato, mesmo que investigue uma parcela demasiado limitada de tempo e espaço: considera as particularidades financeiras, de economia e políticas da Parahyba do Norte dos anos 1840, ao mesmo tempo em que observa e discute, com base em dados estatísticos serialmente organizados, as influências do contexto (sistema) econômico internacional por sobre o mesmo específico da província.

Ainda assim, não se pode deixar de ressaltar que as questões inerentes a teorias gerais da economia não foram aprofundadas no trabalho, nem tomadas em consideração para realizar o amplo quadro das finanças e da política administrativa dos sucessivos governos provinciais, à revelia da constatação de que as estruturas econômicas do período analisado (anos 1840) apresentavam-se de maneira muito similar em grande parcela do mundo: referentes a um intercâmbio comercial muito intenso, que era a subsistência básica de países como o Brasil, quase nada industrializados e verdadeiros provedores de matérias primas e recursos do setor primário para grandes mercados de Europa e América do Norte, nomeadamente o açúcar, algodão e, crescentemente, o café.

Ademais, a serialização de fontes e dados foi indispensável para o efetivo sucesso do empreendimento investigativo a que se propôs a presente pesquisa. Naturalmente, para que os aspectos econômicos da Província da Parahyba do Norte pudessem vir a ser analisados, necessitou-se proceder a um esforço de sistematização das fontes donde se extraíram as informações primordiais: os Relatórios/Mensagens dos Presidentes da *Parahyba* e Ministros de Estado, organizados em sequência por ano, concederam as possibilidades básicas para que os quadros gerais da economia e dos projetos administrativos pudessem vir a ser recontados,

⁸ Novamente, percebe-se necessária uma nota explicativa para clarificar o seguinte: mesmo que se tenha já aceite a definição de história conjuntural, do eminente doutor Frédéric Mauro, para nela enquadrar esta pesquisa, não se percebeu esta enquanto mutuamente exclusiva em relação à História Quantitativa (de matriz do economista Marczewski), uma vez que há escolhas metodológicas neste trabalho que se relacionam autonomamente com as preconizações desta última.

não simplesmente como fins em si mesmos, mas para de demonstrar a evolução histórica dos fatos e números, conforme era a proposta primordial.

Para concluir esta seção do trabalho, é importante ressaltar alguns aspectos, de maneira rápida. Primeiramente, o carácter desta pesquisa, que é de forma inequívoca relacionado ao reconto dos fenômenos econômicos, financeiros e administrativos da Província da Parahyba do Norte, levando sempre em conta o referencial teórico que foi discutido nas páginas acima, que permite alguma expansão, alguma retração de escopo, a depender da situação, da indispensabilidade à discussão da tese principal elencada pela investigação, além das possibilidades materiais de que se dispôs. Ademais, que o embasamento pela bibliografia analisada fez-se também indispensável, para além do estudo aprofundado de métodos, podendo-se ressaltar todos os autores que foram citados alguns parágrafos acima, além do estudioso das ciências econômicas Heitor Lima e do grandiloquente sociólogo Gilberto Freyre, considerando todos não somente, ou em menor medida, em suas influências teóricas, mas também no modelo metodológico e formal, pois nas obras destes grandes homens muitas valiosas exortações e orientações podem ser extraídas.

A partir da página subsequente, ali adentrar-se-á nos efetivos resultados do trabalho de investigação realizado, principiando sobre os dados estatístico-quantitativos devidamente serializados, sempre tomados com base no referencial teórico que aqui foi exposto, assim como toda e qualquer informação que for apresentada.

3 EXERCÍCIOS FINANCEIROS DA DÉCADA DE 1840 (1841 A 1850)

Esta seção do trabalho, em manifestação muito evidente da preconização apresentada no capítulo primeiro (do caráter teórico) em relação à apropriação do conceito de História Quantitativa realizada, apresenta um completo retratado das informações relativas à contabilidade (*account*) da Província de Parahyba do Norte, no decurso da década de 1840. Organizados os dados, o objetivo intencional deste processo serial é o de evidenciar, mormente, dois aspectos primordiais no tocante à organização econômico-financeira *parahybana*: primeiramente, como e por quais razões (destarte) evoluiu o balanço financeiro anual da Província; as atividades econômico-produtivas que mais importante configuravam-se enquanto geradoras das riquezas que seriam distribuídas em forma de investimentos pela Administração Pública.

Os dados apresentados foram extraídos ano a ano (e exercício financeiro a exercício financeiro), de maneira serial, e são constantes nos Relatórios/Mensagens dos Presidentes da Província aos legisladores locais. Sabendo da multitude de informações, estas foram sintetizadas e, assim, resumem-se ao que mais indispensável é para cumprir os requisitos de necessidade elencados no parágrafo acima, que virão a complementar o entendimento do capítulo seguinte, sobre as questões eminentemente administrativas relativas ao governo provincial. Não é justo afirmar-se, ademais, e tal pode ser o caso em uma leitura mais rápida e de estrutura apenas, que estes dados estatísticos discutidos neste capítulo são mera repetição do que se encontra na fonte documental: todas as informações aqui estão com um propósito, servem à intencionalidade de consubstanciar a problemática levantada preliminarmente ao desenvolvimento da pesquisa, e será possível àquele que mais atenciosamente debruce-se sobre mesmo o primeiro exercício financeiro constante nesta seção perceber o trabalho historiográfico de narrativa comentada dos fatos quantitativos, da qual se depreende a identificação de uma infinidade de temáticas transversais (que justificam a investigação), por exemplo, ao saber-se o volume de algodão importado pela cidade de Londres à Parahyba do Norte, ou o quanto de manufaturas provenientes dos portos de Liverpool⁹ adentraram nesta Província referida.

⁹ Isto evidencia o ciclo econômico do algodão, em franca ascensão na Parahyba do Norte. Liverpool era o maior polo têxtil da altura no mundo, e mesmo Campina Grande, muita vez, era a esta cidade britânica comparada, pela relevância na produção algodoeira. No entanto, é de se ressaltar que a Parahyba exportava o algodão em ramas para importar as manufaturas, qual um novo pacto colonial. Pouco havia de valor agregado no produto básico, ao contrário da manufatura.

Ao final do capítulo, além disso, constam algumas tabelas sintetizadoras das informações tratadas em seu decurso, além de certos comparativos entre estatísticas comerciais e produtivas do Império brasileiro e da Província, que servem para incluir-lhe à segunda no quadro geral do Estado brasileiro, marcadamente nas relações de exportação e produção de algodão, açúcar e couro.

3.1 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1841-1842

Principiando a análise pelo primeiro exercício financeiro da década, já é possível perceber a supremacia das rendas advindas de atividades comerciais, primordialmente de natureza alfandegária, para a composição da vida econômico-financeira da Província de Parahyba do Norte, congruentemente ao que se observava em nível da administração do Império¹⁰. Tal constatação haverá de se manter enquanto uma constante para a compreensão geral das atividades econômicas provinciais, e alterações, por quaisquer razões, nestas rendas comerciais serão rapidamente sentidas e imporão consequências intensas por sobre as capacidades da Fazenda Pública provincial.

Será observável favorável diferença entre despesas e receitas no balanço das contas públicas da Parahyba do Norte, no primeiro balanço financeiro analisado, o que sempre demandava grande esforço para a manutenção. Os efetivos dados acerca das finanças da Província no exercício financeiro de 1841-1842¹¹ são os seguintes:

DEMONSTRATIVO 1- Balanço financeiro do ano 1841.

Receitas	157:660\$980 ¹²
Despesas	116:670\$375
Saldo	40:990\$605

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

¹⁰ Para o exercício financeiro de 1841-1842, a nível da administração do Império, as rendas provenientes Dos direitos de importação e exportação correspondiam, respectivamente, a 10.182:536\$954 e 2.958:619\$667 Rs., num universo da receita total de 16.310:575\$708 Rs.

¹¹ Na altura, segundo determinações da Lei de Orçamento do Império, o período de 1º Julho a 31 de Junho. No entanto, o que se observa preponderantemente é a menção dos Presidentes às rendas e aos dispêndios referentes ao período de 1º de janeiro do ano primeiro, até o 31 de dezembro.

¹² Ressaltando-se que a moeda corrente do país era réis (real) na altura. No caso em tela, dever-se-á ler: “cento e cinquenta e sete contos seiscentos e sessenta mil novecentos e oitenta réis”, ou “cento e cinquenta e sete milhões seiscentos e sessenta mil novecentos e oitenta réis”. O termo ‘conto’ designa o valor de um milhão de réis, (mil contos equivalendo a um bilhão de réis: 1.000:000\$000).

Os valores constantes no demonstrativo acima podem ser decompostos, para que sua formação seja identificada, em alguma medida. Há, naturalmente, grande parte de rendimentos advindos do intercâmbio na alfândega da *Parahyba*, assim como do saldo proveniente do exercício anterior, e ainda há os impostos, alguns dos quais se configurando enquanto característicos da base econômica da Província nos anos 1840. Regulamentada a cobrança do imposto sobre o gado no ano de 1841, os seus rendimentos neste exercício financeiro chegavam à soma de 8:850\$400 rs. No tocante aos demais encargos sobre as primordiais atividades econômicas provinciais, nomeadamente do setor primário, estes são incidentes sobre a carne e os pescados, os quais produziram renda respectiva de 21:351\$300 e 2:019\$200 rs. Assim, estas três taxas somadas, correspondendo a 32:220\$900, configuram-se enquanto quase a totalidade do saldo observado para o exercício financeiro referido.

Para efeitos de comparação nomeadamente, serão apresentadas as dívidas Passiva¹³ e Ativa¹⁴ da Parahyba do Norte até o momento de finalização dos exercícios estabelecidas, uma vez que assim será possível acompanhar-lhes a evolução, assim como a toda gama de informações já discutidas. É importante que seja acompanhado o desenvolver destes dois indicadores, porque servem como demonstrativos da situação da Província no que se refere ao seu endividamento e capacidades de investimento, que haverá de integrar as oscilações no quadro externo ao que pode ser controlado pela Administração *parahybana*, como os preços dos produtos exportados e importados, a seca que lhe haverá de afligir, e os eventuais projetos de expansão de gastos/redução de receitas que deles provirão. Segue o demonstrativo do ano 1841:

DEMONSTRATIVO 2- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1841.

Dívida Passiva	107:353\$885
Dívida Ativa.....	37:954\$602

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

¹³ “A Dívida Passiva é composta por quaisquer dívidas ou obrigações registradas no patrimônio, assumidas pela administração em decorrência de serviços, contratos e fornecimentos, cujos pagamentos não são realizados no ato, ou então, em face de empréstimos contraídos no País ou no exterior para suprimento de déficit orçamentário” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006).

¹⁴ “Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores. Se o crédito for de natureza tributária teremos a Dívida Ativa Tributária, por conseguinte, a Dívida Ativa Não-Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de contratos em geral ou de outras obrigações legais. É o crédito público não extinto, notadamente por pagamento, e não afetado por nenhuma causa de suspensão de exigibilidade” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006).

Sobre o já mencionado essencial comércio marítimo¹⁵, este apresentou, entre 1841 e 1842, diminuição em relação aos valores do exercício passado¹⁶, ao que se pode atribuir o fato de as safras e preços no mercado europeu de algodão e açúcar, os mais importantes gêneros produzidos e exportados pela *Parahyba*, estarem em considerável queda¹⁷. Esperava o Governo provincial que este quadro fosse revertido no exercício financeiro seguinte, o que de fato observar-se-á. Sobre as estatísticas referentes ao fluxo comercial contabilizado na alfândega e na mesa do consulado *parahybanos*, estes são os que se seguem:

DEMONSTRATIVO 3- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1841 e 1842.

Exportações.....	508:055\$017
Importações.....	601:032\$419
Saldo.....	-92:977\$402

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

Importante destacar ainda é o fato de boa parte de este fluxo comercial ter destino determinado, evidenciando um ciclo econômico essencial para a *Parahyba* oitocentista: 75,74% (384:795\$797 rs) dos valores exportados provinham da cidade de Liverpool, na Inglaterra, polo têxtil daquele período, sendo toda produção de algodão (10.000 sacas, 58.763 arrobas e 30 libras) exportada tendo esta cosmopolita cidade como destino. Além disso, o açúcar ainda era o produto de maior destaque na composição dos valores de venda pela Província, o que o comprova a comparação entre os volumes de ambos estes produtos que

¹⁵ A ressaltar que estes valores referidos não correspondem à totalidade do que retém o Governo Provincial. A Parahyba do Norte recebe o referente aos direitos (estabelecidos a 7% dos valores) de exportação e de importação, a variar por suas procedências e trâmites outros.

¹⁶ Exportações: 798:617\$698 (+57,20%); Importações:694:912\$473 (+15,62%).

¹⁷ Em princípios da década de 1840, os preços médios do açúcar apresentavam-se em tendência de queda intensa: entre 1821 e 1830, vendia-se a tonelada por 24 libras esterlinas, ao passo que, no decênio seguinte (1831-1840), o mesmo volume era comercializado por 16,4 libras. Similarmente com o algodão, numa redução de 66,3 libras (1821-1830) para 47,6 libras, no decênio subsequente. Observa-se, assim, na década que antecede os estudos cá realizados, a franca insustentabilidade dos ciclos econômicos, somados ao comércio de couros, que imperavam no Brasil, diminuindo suas participações no total de exportação em mais de 20 pontos percentuais (74,3%, entre 1821-1830; para 52, 7%, entre 1831 e 1840). Naturalmente, o café vinha em contrário movimento, de ascensão constante, considerando as duas décadas (1821-1840): participação na exportação nacional de 18,4% para 43,8%. (LIMA, 1970). Já no tocante à específica década de 1841-1850, o valor em libras da exportação de açúcar do Brasil cresceu 24%, enquanto do algodão reduziu-se à metade, e a dos couros, em 12% (FURTADO, 2003). O que é necessário de compreender, no entanto, sendo a tese deste trabalho, é que a Parahyba do Norte conseguiu manter algo de normalidade em sua produção agrícola, suficiente para compensar, em termos nominais, as perdas de preço no mercado internacional. Além disso, a década de 1840 apresentou recuperação de preços relativamente a alguns produtos, o que acabou por permitir a sustentabilidade econômica da Província para os anos seguintes (quando preços e produção ali aumentaram).

passaram pela alfândega *parahybana*: foram 88.952 arrobas de açúcar (que possuía preço menor que o de algodão), e 58.763 arrobas de algodão¹⁸.

Em contrapartida, no tocante às importações, mais de 50% do total processado pela alfândega da Província (303:110\$834, da soma de 601:032\$419) têm como produto gerador a manufatura do algodão, através de compras feitas à mesma cidade de Liverpool, que eram reexportadas pelas outras províncias do Império, com destino à Parahyba do Norte. O que se observa, portanto, é que a Província importava os vários produtos necessários especialmente de outros portos do Brasil (através deste processo de reexportação), nomeadamente com cartas de guia¹⁹, e tal valor alcança a soma de 560:404\$619 rs²⁰.

Ademais, neste princípio de anos 1840 há uma situação de instabilidade administrativa, comprovada pelo fato dos empregados públicos estarem ainda com vencimentos atrasados por períodos de até doze meses, por exemplo. Parte destes débitos foi retificada neste exercício de 1841-1842, assim como intencionava o Presidente Barão de Quaraim²¹, que também se propunha a pagar toda a dívida atrasada em três anos de austeras medidas, e começar um novo exercício financeiro sem os pesados encargos dos outros anos a dificultar a solvência. Tal não se verificará.

3.2 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1842-1843

O Presidente da Província, Doutor Ricardo José Gomes Jardim, apresenta um quadro pouco alvissareiro para a Parahyba do Norte, na altura de sua administração. Os problemas mais recorrentes persistem, e pouco se pode fazer para revertê-los sem comprometer recursos dos quais não se dispõe, tal se refletindo nas minguadas obras públicas realizadas, assim como as constantes menções a contingenciamento de recursos em várias áreas, como educação e estatística. O próprio Império já se mostrava em não melhor situação neste período, o que se afirma com base em uma série de reajustes em taxas, inclusivamente sobre as alfândegas, substituição de modelos de cobrança, criação de outros impostos, e similares medidas a fim de aumentar a arrecadação. O demonstrativo a seguir apresenta o balanço das finanças da Província de Parahyba do Norte no decurso do ano de 1842:

¹⁸ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1841.

¹⁹ Produtos isentos de alguns encargos, ou com valores já pagos.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Título nobiliárquico referente a uma região do Rio Grande do Sul, Quaraim, hoje nomeando um distrito do município de Três de Maio, no referido estado.

DEMONSTRATIVO 4- Balanço financeiro do ano 1842.

Receitas.....	143:956\$207
Despesas.....	121:162\$623
Saldo.....	22:793\$584

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

Assim, num quadro de redução de receitas e aumento de despesas, como o demonstrado acima, as oscilações nos rendimentos dos impostos sobre as atividades-chave da Província não foram preponderantes, pois apresentaram valor combinado superior ao do exercício passado, assim como os rendimentos alfandegários. Os dízimos sobre gado somaram o valor de 15:013\$015 rs, ao passo que as taxas sobre carnes e pescados alcançaram os valores respectivos de 17:131\$600 e 2:150\$000 rs, ao todo configurando receitas de 34:294\$615 rs²².

No que se refere à alfândega da *Parahyba*, cuja coletoria localizava-se em Pernambuco, a situação parece equilibrada, com um acentuado incremento no intercâmbio comercial, ainda que grande saldo entre exportações e importações não signifique necessariamente algo demasiado positivo *per se*. O aumento no valor das exportações deve-se, dentre outras razões, pelo fato de haver sido possível à Província incrementar o fluxo de produtos exportados para o exterior, pelas muito boas safras das quais se têm notícia, apesar de ainda observar-se baixo preço do algodão no mercado europeu, afirma a administração provincial. Sobre as estatísticas neste sentido, o seguinte observa-se:

DEMONSTRATIVO 5- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1842 e 1843.

Exportações.....	764:686\$288
Importações.....	765:312\$422
Saldo.....	-626\$134

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

Tal qual no exercício financeiro anterior, os dois gêneros de comércio (algodão e sua manufatura) preponderantes no intercâmbio comercial da *Parahyba* foram relacionadas ao ciclo têxtil: com a cidade de Liverpool, as exportações de algodão sendo as mais destacadas, a extraordinária soma de 571:500\$095 rs. foi o valor do fluxo comercial vendido pela

²² Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

Província, o que se configura enquanto 74,68% do total de exportações, valor em muito similar ao do período anterior. Ademais, o açúcar não deixa de figurar enquanto importante produto componente das rendas de exportação provincial, com volumes mesmo superiores ao destacado algodão: no exercício de 1842-1843, foram 122.768 arrobas do primeiro, ao passo em que, do segundo, exportadas foram 97.010 arrobas de ouro branco²³.

No tocante às importações da Província, outra vez mais as manufaturas do algodão são destaque acentuado: 53,68%²⁴ de tudo o importado no período relacionavam-se aos produtos desta natureza, na continuação do ciclo econômico já bem conhecido.

A questão do endividamento da Província outra vez vem à tona como importante estatística, tanto para efeitos comparativos, como pelo fato de sua influência estar diretamente a ser sentida nas contas públicas *parahybanas*, porque, para o exercício financeiro de 1843-1844, sob a dotação de despesa eventual, o pagamento da dívida passiva consumiria o valor de 20:000\$000 rs., em termos percentuais correspondente a 16,5% de todo o orçamento, inferior apenas aos gastos com a força pública de segurança (25,58% das despesas), mas isto não se haverá de verificar, afinal, no ano seguinte²⁵.

As dívidas assim apresentavam-se neste período:

DEMONSTRATIVO 6- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1842.

Dívida Passiva.....	108:424\$833
Dívida Ativa.....	55:022\$257

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1842.

3.3 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1843-1844

Este período possui algumas situações incomuns, no que se refere à formatação das informações apresentadas, já que a mudança de Presidentes em meio de exercícios financeiros cria inconsistências estatísticas, assim como a elaboração variada dos respectivos relatórios. O eminente Presidente Doutor Agostinho da Silva Neto aponta os dados de importação referentes ao passado exercício financeiro, já mencionado, relacionados a todo o decorrer do ano, ao invés de fazê-lo dentro do exercício financeiro (julho a junho), o que era incomum.

²³ Ibidem. O termo “ouro branco” designa o algodão, especialmente devido à riqueza que este produto gerara no Nordeste do Brasil, desde os primórdios do século XIX. Ainda hoje possui alguma importância econômica nalguns estados da região.

²⁴ Valor incompleto, pois os dados da importação destarte também encontram-se.

²⁵ Ibidem.

Tal fato não influi tanto em quaisquer ocasiões, no entanto, o decorrer da apresentação do Presidente deixa transparecer sérias debilidades na capacidade de ajuntamento estatístico *parahybano*, em especial em vistas ao momento de apresentação dos dados, havendo fortuito caso de haver a possibilidade de se contar com os apontamentos do Ministério da Fazenda para suplementar aqueles da Administração provincial porventura insuficientes.

O demonstrativo a seguir contém o balanço financeiro do ano de 1843, que será sucedido de algumas considerações que lhe são concernentes:

DEMONSTRATIVO 7- Balanço financeiro do ano 1843.

Receitas.....	114:912\$585
Despesas.....	94:016\$974
Saldo.....	20:895\$611

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1843.

Percebido o declínio nas despesas autorizadas em relação ao período passado (1842), este fato deve-se à não inclusão de pagamentos na dívida passiva, como orçado, no exorbitante valor de 20 contos, mas apenas de irrisórios 547\$445 rs, visto que as receitas esperadas caíram consideravelmente. Compondo estas receitas, os impostos primordiais por sobre as atividades produtivas características da província renderam os seguintes e respectivos valores: sobre as carnes, 20:742\$500, sobre o pescado, 1:300\$000 e sobre o gado, 28:300\$000 rs, totalizando 50:342\$500²⁶. O que se observa, portanto, é ter havido considerável incremento na coleta dos impostos sobre o setor de pecuária, dentre umas das razões figurando o fato das “abundantes chuvas no sertão”, contribuindo de mesma forma para boas safras de açúcar e algodão, produtos muito importantes para a economia da Província, como já foi taxativamente ressaltado.

Sobre o comércio marítimo, com valores pecuniários estáveis em comparação com o período passado, as estatísticas para o exercício financeiro de 1843-1844 são da seguinte ordem:

DEMONSTRATIVO 8- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1843 e 1844.

Exportações.....	723:812\$142
------------------	--------------

²⁶ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1843.

Importações.....	748:461\$448
Saldo.....	-24:649\$306

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1843.

Especificando-se o movimento alfandegário, os dados gerais não são muito diferentes do que se observa desde o começo da década de 1840, já demonstrados. Dos mais de 723 contos exportados, 515:267\$483 rs., portanto 71,19% do total, eram provenientes de vendas à cidade de Liverpool, consistentes em grande maioria em algodão, açúcar e couros. Foram exportadas 115.175 arrobas de açúcar, destacadamente para a *capuologo*²⁷ de Trieste, à altura um dos mais importantes portos do Império da Áustria, para onde foram 65.574 arrobas do produto. Sobre o algodão, o volume total exportado foi de 98.108@, consideravelmente maior que no exercício financeiro passado²⁸. E com relação aos couros, foram 5.507 unidades exportadas, e este gênero era também importante na composição das rendas alfandegárias da Parahyba do Norte, complementar ao ciclo têxtil, de que fazia parte.

No tocante às importações, estas também se apresentavam de modo a evidenciar a atividade econômica mais expressiva da Província na altura: 350:939\$078 rs relacionavam-se à manufatura do algodão, um aumento em termos numéricos em relação aos demais dois anos anteriores, porém que representava um decréscimo na participação total dos gêneros desta natureza na composição total dos itens importados, o que evidencia algum nível de diversificação da balança comercial *parahybana*, mas que apenas manifestar-se-á com maior intensidade em dois anos.

Sobre os indicadores de endividamento da Província, pelos dados que o Presidente apresenta, não há grande mudança desde o princípio da década, ao contrário do que será observado no exercício financeiro seguinte, quando a dívida passiva encontrar-se-á reduzida em quase pela metade, ainda que as agruras da seca principiada em 1844 estejam a pesar sobre as contas públicas.

DEMONSTRATIVO 9- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1843.

Dívida Passiva.....	105:290\$915
Dívida Ativa.....	51:024\$066

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1843.

²⁷ Termo em italiano que denomina uma cidade que é a sede da administração de uma província ou *comune*, ou região em Itália. No caso de Trieste, esta é *capuologo* (sede) da Região Autônoma de Friuli-Veneza Giulia, no norte italiano.

²⁸ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1843.

3.4 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1844-1845

O ano de 1844 fora de algumas dificuldades para as finanças da Parahyba do Norte, apesar de, no geral, os avanços (que foram determinantes nos anos vindouros) em muito superarem os contínuos problemas. O eminente Presidente Tenente Coronel Frederico Carneiro dos Campos, em seu Relatório da situação administrativa da Província, assinala, sob a categoria de “acontecimentos extraordinários”, os problemas humanitários causadas pela prolongada estiagem que se verificava na Província, refletidos em financeiros, por que passava o interior, os quais eram consubstanciados na escassez de produto básico para a subsistência: farinha, ida buscar com preços subsidiados na vizinha província de Pernambuco.

Deve-se ressaltar que as insuficiências estatísticas que se faziam sentir naturalmente pela Administração Pública, no exercício financeiro de 1844-1845, acentuaram-se em decorrência da seca, que impunha preocupações que se sobrepunham às demais, além de que desorganizava a contabilidade, já limitada pelas questões de ordem tecnológica e de alcance. Assim sendo, há mais incertezas e inexatidões no que se apresenta em relação a este período específico.

O demonstrativo do balanço financeiro referente ao ano de 1844 reflete algumas questões. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que o aumento de receitas, mesmo em um período de distúrbios à ordem econômica (seca), no qual a coleta dos impostos é dificultada, e à de alguns não se procede, está relacionado às medidas de combate aos efeitos da prolongada estiagem por sobre a população, uma vez que a Administração Pública tomou sobre si a responsabilidade em garantir o abastecimento em gêneros alimentícios, nomeadamente a farinha de mandioca (que comprava da província de Pernambuco e da Bahia), e em assegurar que não haveria maiores prejuízos impostos aos agricultores que se dedicavam à produção com destino ao exterior. Para além disso, não se pode desconsiderar o auxílio advindo do Governo Central, por intermédio do Ministério do Império, que desde logo socorreu a presidência da Parahyba do Norte, sendo a assistência ora de natureza pecuniária, ora configurando-se enquanto os próprios produtos para venda subsidiada ou distribuição aos desvalidos.

Ademais, alguma parcela da receita obtida (quase 21 contos) no ano de 1844 é resultante do saldo do exercício imediatamente anterior, havendo sido pouco o incremento de fato a esta, em rendas exclusivas destes doze meses. Não se realizou, além disso, a coleta do dízimo sobre o gado, assim como não figuraram no Relatório do Presidente da Província as

estatísticas dos impostos sobre as carnes e pescado, sempre expressivas na composição da receita da Parahyba do Norte.

Sobre a despesa autorizada, esta apresentou um leve incremento, postas as necessidades que o fenômeno climático significava. Um importante fator que tem influência no controle das despesas é o fato de o Presidente da Província haver pagado considerável parcela da dívida passiva no exercício de 1844-1845, quase a reduzi-la à metade, o que permitia a economia com o pagamento dos juros correntes referentes ao valor a dever. O resultado financeiro da Parahyba do Norte, em 1844, é o que se observa a seguir:

DEMONSTRATIVO 10- Balanço financeiro do ano 1844.

Receitas.....	158:400\$294
Despesas.....	105:881\$837
Saldo.....	52:518\$357

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1844.

Os dados acerca do balanço do comércio marítimo são demasiado incertos, no período analisado. Primeiramente, as exportações que constam na seguinte apresentação dizem respeito ao período de 1º de julho de 1844 a 31 de março de 1845, portanto não considerando o último semestre do exercício financeiro, enquanto as importações são as estimadas para o fim do referido exercício, fato que imprecisa em grande medida qualquer indicador que delas possa derivar. No entanto, é possível observar que, ainda a faltarem seis meses até o fim da contabilidade, o nível das trocas comerciais já demonstra considerável crescimento em relação aos demais períodos, e a isto pode-se atribuir o fator importação dos gêneros básicos (farinha, feijão, ...) para distribuição/venda subsidiada aos humildes da população, além do grande volume de produtos exportados ainda remanescentes de antes da mais grave afetação da estiagem por sobre as lavouras de açúcar e algodão (que tiveram safras muito positivas), somado também ao de couro.

O demonstrativo a seguir contém o balanço da movimentação na alfândega da Parahyba do Norte, entre 1844 e 1845, e a sua análise permitirá a precisa constatação do que se apresenta no parágrafo anterior, bem como no que o sucede. As ressalvas elencadas no preâmbulo da apresentação sobre o exercício financeiro em questão estão discriminadas, naturalmente.

DEMONSTRATIVO 11- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1844 e 1845.

Exportações.....	624:888\$821 ²⁹
Importações.....	596:078\$686
Saldo(+/-).....	28:810\$135

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1844.

Frisando os dados recorrentes, a cidade de Liverpool é a maior da receptora dos gêneros mesmos (algodão, açúcar e couros), com valores totais do intercâmbio comercial em 503:740\$220 rs, correspondendo a 80,62% da generalidade das exportações provinciais ao exterior. No tocante ao que importa a Província, o destaque é também o já recorrente: as manufaturas de algodão, somando 203 contos, portanto 34,06% de todo o valor importado³⁰ pela Parahyba do Norte entre 1844-1845³¹. A farinha (de trigo) e seus derivados, assim como peixes salgados já figuram como produtos também de maior necessidade para serem importados pela Parahyba do Norte, e a participação destes gêneros ligados à alimentação básica no rol do que compra a Província incrementa, quiçá em decorrência das imposições da seca.

O quadro geral das dívidas Passiva e Ativa da Província, no ano de 1844, parecia promissor. Apesar de todas as dificuldades, foi possível realizar o pagamento de parcela dos passivos próximos de vencer, a liquidação de pendências com o funcionalismo público que se estendiam desde 1842, e preparar-se para o enfrentamento de dois anos difíceis com algum fôlego financeiro. Já foi mencionada a redução da Dívida Passiva feita pela Administração provincial, e parece, também, não ter havido permanência de pendências para o exercício dos ativos, uma vez que não são referidos no decorrer do Relatório da presidência para o exercício de 1844-1845. O demonstrativo a seguir organiza as estatísticas disponíveis, em conformidade com o que já se fez para os outros períodos.

DEMONSTRATIVO 12- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1844.

Dívida Passiva.....	69:465\$198
Dívida Ativa.....	Não há dados

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1844.

²⁹ Tal valor chegaria à soma de 828:823\$987, ao fim do exercício financeiro.

³⁰ Valor esperado para o 31 de junho de 1845.

³¹ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1844.

O exercício financeiro de 1844, assim, será o prenúncio do que a metade da década de 1840 prepara para a Parahyba do Norte. O trabalho da Administração Pública realizado no decorrer destes doze meses terá muita influência na atenuação da situação de calamidade pública que se observará no exercício seguinte, e ao vencê-la, a Província consolidará as suas bases para o protagonismo de um período áureo de progresso.

3.5 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1845-1846

O exercício financeiro de 1845 a 1846 é marcado pelos esforços no pagamento de obrigações pendentes, quase todas a acumular desde o ano de 1840, quer sejam a dívida passiva da Província, consideravelmente amortizada ou quitada nesta altura, ou os vencimentos de funcionários públicos que estavam atrasados desde 1842. Considerando, assim, o saldo orçamental advindo do ano anterior (52:518\$257), receita extraordinária, a Administração provincial utilizou-lhe mais de 35 contos para tal fim: 15:691\$596 foram direcionados ao pagamento das letras a vencer, geralmente consideradas já como certas na soma da dívida passiva para o ano corrente; os restantes 20:253\$442 pagaram aos possuidores dos títulos de dívida passiva da Província, valor similar ao que fora orçado para tal fim em 1842, mas cuja execução suspendeu-se no ano seguinte. Neste sentido, a dívida passiva passou a figurar em apenas 69:465\$198 rs, ao passo que a dívida ativa chegou a 33:461\$222 rs³².

Sobre a seca, que já afetava a Província desde os finais de 1843³³ (apenas agora sendo mencionados seus efeitos pelo fato de efetivamente neste exercício serem mais sentidos, com ressonâncias na Administração e nas finanças, conforme observar-se-á), esta influíra demasiadamente na composição do balanço financeiro de *Parahyba*, do que de apercebeu o Presidente, respaldado pelos dados estatísticos referentes. Uma crise de subsistência pairava no horizonte, impondo-se à Administração Provincial, o que lhe forçava a ação preventiva, intensamente efetivada no período de 1845 e 1846, nomeadamente através de emergenciais requerimentos por artigos alimentares básicos ao Governo Central, assim como da compra de farinha de mandioca à província vizinha de Pernambuco. As somas pecuniárias destes extraordinários dispêndios, entre 1º de Janeiro de 1845 e 31 de Março de 1846, são as

³² Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1845.

³³ Houve uma prolongada estiagem que afetou algumas das províncias da parcela nordeste do Império do Brasil, entre 1842-1843 e 1846. Sendo esta uma temática específica, o presente trabalho preferiu por não adentrar nas particularidades da afetação deste fenômeno climático sobre a província da Parahyba do Norte, apenas tratando de aspectos gerais sobre o que se observou nas finanças e na reorganização administrativa. Seria temática para um outro trabalho, conforme já se com a seca de 1877-1879 (ASSIS, 2019).

seguintes, dando conta de um acentuado intercâmbio comercial referente à farinha no porto da Província:

DEMONSTRATIVO 13- Dispêndios extraordinários efetuados em razão da seca de 1843-1846.

Dos gêneros enviados pelo Império.....	10:877\$755
Das compras realizadas pelo Governo da Província.....	17:596\$200
Da importação de sacas de farinha por indivíduos diversos (alfândega).....	135:138\$480

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1845.

O balanço financeiro da Província, apresentado no demonstrativo a seguir, este considera as receitas e despesas extraordinárias acima apresentadas, em virtude dos esforços para combate à seca, que haverão de figurar enquanto principais responsáveis pelas flutuações em ambos indicadores. Interessante notar é que o próprio fenômeno climático atua enquanto um pequeno ciclo econômico na província, suplantando atividades outras, por ele mesmo afetadas. Assim sendo, será possível perceber que, ao mesmo tempo em que novos encargos impunham-se à Administração provincial (como compras de produtos básicos, auxílio aos mais pobres, obras de combate aos efeitos da secas, como açudes, barragens, estradas de escoamento), também há receitas que estão intrinsecamente ligadas também a esta mesma seca: advindas do incremento de importação de farinha, dos auxílios do Governo Imperial, das compras de produtos subsidiados, entre outras. Portanto, o saldo reduzido, em comparação com o dos anos passados, não deve ser tomado de maneira que desconsidere o incremento efetivo nos valores pecuniários de rendas e dispêndios, demasiado significativos.

DEMONSTRATIVO 14- Balanço financeiro do ano de 1845.

Receitas.....	177:143\$417
Despesas.....	162:699\$792
Saldo.....	14:443\$417

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1845.

No referente ao comércio marítimo desenvolvido através da alfândega da *Parahyba*, este não poderia deixar de ser influenciado pela prolongada estiagem nas sertanias da Província. Primeiramente, houve considerável redução de exportações, em comparação ao

período próximo passado (em torno de -9,65%), ao passo que os valores importados variaram em aproximadamente -23,62%, o que muito bem ilustra os efeitos das más safras de algodão e açúcar³⁴, em contraposição ao que fora observado antes da mais gravosa afetação pela estiagem nas lavouras destes produtos. Destaca-se, ademais, o importante papel da farinha de mandioca na composição total do valor importado pela Parahyba do Norte: este produto corresponde a 29,79% de todas as importações no período, o que permite incluí-lo enquanto componente de um ciclo econômico de caráter emergencial desenvolvido nesta Província entre os anos de 1844 a princípios de 1846³⁵. Os valores pecuniários são os que se apresentam no demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO 15- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1845 e 1846.

Exportações.....	564:615\$033
Importações.....	455:280\$873
Saldo.....	109:334\$160

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1845.

Sobre o endividamento da Província, é possível observar que as estatísticas a este respeito apresentavam-se de alguma forma positivas. Em primeiro lugar, os encargos passivos ainda pendentes sobre as contas públicas da Parahyba do Norte mantiveram a tendência de queda, posto o quadro adverso para a contabilidade pública, e mesmo os ativos que se apresentaram não estiveram mesmo acima do que outrora se observou no começo da década de 1840. Os precisos dados sobre as dívidas Passiva e Ativa são demonstrados a seguir:

DEMONSTRATIVO 16- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano 1845.

Dívida Passiva.....	67:448\$891
Dívida Ativa.....	33:461\$222

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1845.

3.6 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1846-1847

³⁴ As estatísticas o podem confirmar. As exportações de açúcar da Província diminuíram em 40.887 arrobas no exercício de 1845-1846, se comparadas às do período anterior. No tocante ao algodão, os valores são ainda maiores, de uma redução na casa de 69.631 arrobas a deixar de serem exportadas.

³⁵ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1845.

No período de 1846 e 1847 a administração provincial ainda sofria demasiadamente com os efeitos da seca que afligia a Parahyba do Norte desde 1843. Os socorros advindos do Governo Central tornaram-se essenciais, nestes anos, para a subsistência mais basilar dos habitantes da Província, já que a afetação da longa estiagem por sobre a economia provincial estabelecia uma atmosfera na qual a sua vida administrativa revolvía em torno da busca por soluções ao problema. Tal fato é evidente mesmo para o Presidente da Província, que atribui o positivo balanço que será observado no exercício financeiro à massiva presença de rendas extraordinárias, provindas da assistência do Império, qual já começava a se passar desde ainda 1845, assim como das intervenções e subvenções várias pela administração provincial feitas com vistas a mitigar os impactos da má arrecadação por sobre as finanças públicas da *Parahyba*.

Ilustrativos deste fato são os dados muito bem apresentados pelo eminente Presidente Carneiro de Campos em seu Relatório, referenciando toda a ajuda proveniente do Governo Central, em subsídios pecuniários e de natureza alimentar, além dos dispêndios de sua própria administração, em similar natureza. Da seguinte maneira tais informações podem ser sintetizadas no demonstrativo abaixo, similarmente ao que se fez até o exercício financeiro passado.

DEMONSTRATIVO 17- Medidas emergenciais adotadas pelas Administrações Provincial e Imperial no combate aos efeitos da seca, desde o início de sua afetação na Parahyba do Norte (1844-1846).

Cereais enviados pela administração central (agosto de 1845 até dezembro de 1846).....	5.012 sacas, no valor de 37:499\$917 rs.
Dispêndios do Governo Provincial com a distribuição de cereais para os flagelados pela seca no interior.....	14:095\$960 rs.
Total dos recursos despendidos pelo Governo Central em socorros públicos desde 1844.....	101:112\$721 Rs. (81:112\$721 rs em produtos básicos de consumo, e 20:000\$000 rs em recursos pecuniários)

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1846.

O balanço financeiro do ano 1846 é o que mais marcantemente reflete a influência do fenômeno climático sobre as finanças públicas. Percebe-se que há retração em receitas, apesar das medidas elencadas acima (no demonstrativo), que haveriam de participar no incremento de receitas para o exercício financeiro, e este processo é bastante determinado pelo fato de ser o período de finais de 1845 e metade 1846 aquele em que os mais graves efeitos da seca

fazem-se sentir, com considerável impacto sobre a arrecadação dos impostos nas atividades do setor primário (agricultura e extrativismo animal), também refletido nas rendas alfandegárias. Os encargos, vinculados às receitas, como em qualquer processo de orçamento, apresentam queda em relação ao período anterior, principalmente devido a esforços da Administração Pública em reduzir os gastos não essenciais para a ocorrência extraordinária, como obras públicas, à exceção daquelas como açudes, barragens e afins, ou dispêndios com os demais setores da vida pública, que resultaram no quadro que se segue.

DEMONSTRATIVO 18- Balanço financeiro do ano de 1846.

Receitas.....	157:972\$598 rs
Despesas.....	130:598\$721 rs
Saldo.....	27:373\$877 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1846.

Sobre os mais importantes tributos componentes da receita da Província, que muito ilustram sobre que gênero sustentava-se internamente a economia *parahybana*, o quadro seguinte fora observado: o imposto sobre o pescado, nos últimos anos já diminuto, rendera apenas 961 mil réis³⁶, assim como irrisórios foram os rendimentos das taxas sobre o gado, no valor de 2:549\$000 rs, ao passo que o imposto incidente em carnes mantivera-se equilibrado, em soma de 15 contos, seiscentos e oitenta e quatro mil réis. Os rendimentos totais destes três tributos foram, assim, somente 19:194\$000 rs³⁷, o que configura considerável redução em relação ao último período em que a contabilidade deste resultado fora realizada, consubstanciando o fato de que a seca, em seus derradeiros impulsos, seria a agrura última a impor-se sobre a Parahyba do Norte, antes de que mais auspiciosos anos observassem-se.

Abordando desta arte as questões voltadas ao comércio marítimo que pela alfândega da *Parahyba* foi controlado, o seu fluxo de capitais circulado retorna a níveis equilibrados, conforme se perceberá. Os principais produtos exportados da Província são, uma vez mais, o açúcar (138.441 arrobas), algodão (72.328@) e os couros (6.634 unidades), destinados nomeadamente à Inglaterra (Liverpool/Gibraltar) e à Áustria (Trieste)³⁸. Pelo volume das trocas comerciais, já se prenuncia alguma recuperação em relação ao que se processou no exercício próximo passado, porque houve melhores safras tanto de açúcar e algodão como de

³⁶ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1846.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

outros gêneros primários que se destacavam no rol de exportações *parahybanas*, qual o aguardente e as carnes, ao que se deve o arrefecimento dos efeitos da estiagem sobre a capacidade produtiva da agricultura da Província. As estatísticas que ilustram tal movimento constam no demonstrativo seguinte.

DEMONSTRATIVO 19- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1846 e 1847.

Exportações.....	664:099\$146 rs
Importações.....	567:301\$153 rs
Saldo.....	96:797\$993 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1846.

A supremacia inglesa enquanto principal receptor dos gêneros de exportação da Província confirma-se, ademais, pelos dados referentes à navegação de longo curso observada no porto: dos dezanove navios estrangeiros que atracaram no cais, dezesseis eram ingleses, ao passo que, dos vinte navios que de lá saíram, dezessete eram de súditos da Rainha Vitória. Sendo principalmente o algodão exportado ao Império Britânico, o ciclo econômico desta valiosa planta retomará com considerável impulso após 1846, sempre secundado da exportação do açúcar e derivações.

O endividamento da Província apresenta-se em níveis confortáveis, especialmente se tomados os primeiros anos da década de 1840, que retinham tantas pendências. Interessante fato, tendo em vista os anos passados e o atual (1846), de afetação pela seca, da *Parahyba*, a comprovar o compromisso da Administração Provincial com a sanidade financeira, que também foi propiciado pelo bom desempenho das lavouras de algodão e de açúcar, pois que foi rápida a recuperação depois da afetação mais negativa, como já explicado, e dos constantes incrementos nas rendas provenientes dos direitos de exportação e importação que, com providenciais exceções, têm crescido significativamente. Assim, os dados da dívida encontram-se os níveis que se seguem, neste final de 1846:

DEMONSTRATIVO 20- Dívidas Passiva e Ativa ao fim do ano de 1846.

Dívida Passiva.....	45:000\$000 rs
Dívida Ativa.....	21:119\$672

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1846.

3.7 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1847-1848

Neste exercício financeiro, pouco se pode destacar de importante, para além daquilo que viria a compor a generalidade de informações, aos demais anos referentes, e que poderiam ser aqui também aplicados, adaptadas as estatísticas devidas, naturalmente. Deve-se elencar, no entanto, que a Administração Provincial já bem percebia o prognóstico referente às suas contas públicas: incremento de receitas considerável em relação aos períodos anteriores, já não mais devido aos socorros públicos — advindos do Império ou da própria Parahyba do Norte — (apesar de ainda constarem 27:833\$337 rs em dotações desta natureza, mais sessenta e um contos de suplementação ao caixa provincial)³⁹, que arrefeceram, tal qual a seca, mas em razão dos bons valores exportados, correspondendo a 1/3 da receita deste exercício financeiro. Cresceram os volumes de algodão e açúcar que do porto *parahybano*⁴⁰ partiram rumo à Europa, num ano em que os preços apresentaram-se relativamente bons, ainda que demasiado instáveis, e o Presidente da Província preocupava-se que qualquer flutuação nestes valores de venda e volumes comerciados pudesse ser consideravelmente negativa por sobre as rendas da *Parahyba*. O contrário, em verdade, observar-se-á.

Neste sentido, o balanço financeiro que se apresenta a seguir reflete a definitiva recuperação em relação à remanência de efeitos negativos que o período de prolongada estiagem recentemente superado poderia supor. Sendo assim, o ano de 1847 prenunciará o princípio dos anos auspiciosos que viverá a Parahyba do Norte no decurso das décadas que se seguem, e tal refletir-se-á nas estatísticas das finanças públicas. Não obstante, simplesmente a presença de elevado saldo ou grandes receitas não significa *per se* um sustentável e auspicioso progresso econômico, tendo em vista que há vários modificadores a se considerar, quais as rendas que advêm do exercício anterior, os recursos extraordinários impostos pelo momento específico, e que se fazem presentes neste balanço que o demonstrativo a seguir elenca: mais de 61 contos de réis que compõem o quadro de receitas do período dizem respeito a repasses do Governo Central, suplementares àquelas da Parahyba do Norte.

DEMONSTRATIVO 21- Balanço financeiro do ano de 1847.

Receitas.....	195:884\$504 rs
Despesas.....	146:845\$706 rs
Saldo.....	49:038\$798 rs

³⁹ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1847.

⁴⁰ *Ibidem*.

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1847.

No que se refere ao comércio marítimo da *Parahyba* no período, neste foi observado um considerável incremento, conforme já mencionado. Os gêneros exportados e suas destinações pouco mudaram, apenas acentuaram-se em volume: foram 153.207 e 90.721 arrobas de açúcar e algodão, respectivamente, além de 8.958 unidades de couro, despachados nomeadamente para a Inglaterra (Liverpool, Canal Inglês) e a Áustria (Trieste), além de Hamburgo (Prússia), que vez ou outra figurava enquanto destino do açúcar *parahybano*⁴¹. Assim, mesmo que fossem expostas as incertezas por parte da Administração Pública da Província em relação à procura e aos preços dos produtos primários que esta caracteristicamente exportava (algodão e açúcar, é certo), o volume do fluxo comercializado demonstra que a produção recuperou-se já de maneira considerável, e que ainda havia mercado estrangeiro para recepcioná-los.

DEMONSTRATIVO 22- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1847 e 1848.

Exportações.....	745:609\$314 rs
Importações.....	618:191\$337 rs
Saldo.....	127:417\$337 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1847.

Em se considerando os valores pecuniários que o demonstrativo 22 apresenta, é claro o fato de que as receitas que deveriam provir do movimento alfandegário cresceriam, e esta será a tendência dos exercícios financeiros seguintes, com o fluxo comercial, em valores monetários, sempre a exceder os mil contos (bilhão) de réis. Conforme já ressaltado, embora houvesse alguma preocupação com a redução da demanda pelo algodão e açúcar, o volume da exportação destes dois produtos manteve-se sempre em similar valor médio, ou mesmo crescente, o mesmo ocorrendo com os preços de ambos, cuja tendência, para o primeiro, foi de aumento, ao passo que, para o segundo, de queda (contrabalaneada pela quantidade de arrobas exportadas, que consta nas tabelas do fim deste capítulo).

Não há indícios de grandes problemas por sobre as finanças públicas da Parahyba do Norte, ainda que fizessem grandes diferenças as suplementações feitas pelo cofre do Império ao provincial. Já no exercício financeiro seguinte não haverá mais os grandes repasses de

⁴¹ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1847.

recursos, e o balanço financeiro será bastante auspicioso, não obstante, o que consubstancia a tese de que já se observava certa solidez nos pilares que sustentavam as contas da Província, e que serão ainda mais concretadas durante os dois últimos anos da década de 1840. O quadro de endividamento da Administração demonstra mesmo que muito se havia progredido em relação ao princípio do recorte temporal analisado aqui, refletindo que os esforços neste sentido foram constantes. O demonstrativo a seguir apresenta-o.

DEMONSTRATIVO 23- Dívidas Passiva e Ativa ao final do ano de 1847.

Dívida Passiva.....	33:757\$507 rs
Dívida Ativa.....	21:557\$676 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1847.

3.8 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1848-1849

O ano financeiro de 1848 a 1849 foi demasiado positivo para a Administração provincial, como apontam as estatísticas oficiais. Neste período, obteve-se o melhor desempenho das finanças *parahybanas* em toda a década: o maior indicador de receita, somado ao melhor saldo do decênio, ambos influenciados pelo também mais significativo fluxo comercial observado na Província, dispondo esta, ademais, de valor superior a quarenta contos de réis em seus cofres no período. Além disso, segundo dá conta o eminente Presidente, a importância do algodão na composição de tal positivo resultado é demasiado evidente, mesmo que seus preços internacionais não estivessem ainda a patamares tão atrativos como nos anos seguintes, sendo 1848-1849 o segundo período em que mais deste produto exportar-se-á, apurando-se, ademais, em direitos de 5% incidentes por sob sua produção, mais de 20 contos (em comparação com os apenas 249 mil réis do exercício passado) ⁴².

Com o exposto acima, a análise do balanço financeiro do ano de 1848 não poderia deixar de ser o melhor da década, somado com a diminuta quantia de quase 28 contos de réis em suplementação aos cofres da Província, que não mais serão realizadas nos anos seguintes. Dá-se conta de um expressivo incremento em todas as rendas coletadas na Parahyba do Norte referentes ao ano financeiro, seja nas dos já mencionados direitos de 5% sobre o algodão, ou nos impostos sobre o gado *vacum* e cavalariço que, conforme sabido, configuram-se enquanto os mais importantes encargos incidentes sobre a produção primária provincial, negativos que

⁴² Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1848.

sejam os efeitos de taxaço sobre produ o para a economia geral. Ademais, em vistas da muito positiva movimentac o na alfândega da Província, também se podem somar rendas recordes advindas dos direitos de consumo dos produtos que por ela passaram, estando em patamar superior a 146 contos de réis, mais da metade de toda a receita bruta que   Administra o Financeira faz jus. O demonstrativo com o balanço referente a este positivo ano financeiro é o que se segue.

DEMONSTRATIVO 24- Balanço financeiro do ano de 1846.

Receitas.....	236:188\$068 rs
Despesas.....	173:077\$700 rs
Saldo.....	63:110\$368 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1848.

A Província exportou o volume de 187.941 arrobas de algodão no período, maior valor dos anos 1840, o que, considerando o preço médio deste produto praticado pelo Brasil (3\$858 rs.), apenas para termos de magnitude comparativa, corresponderia a 725:076\$378 rs., ou 15% de toda a exporta o algodoeira do Império para o ano financeiro, indicador muito substancial para a pequenina Parahyba do Norte. Além disso, quando se considera o a ugar, produto que, apesar de ser vendido a menores preços, ainda figurava com volumes exportados superiores àqueles do algodão, a Província também excedera os anos anteriores nos quesitos produ o e escoamento: foram 269.087 arrobas, somando valor total, considerando o preço médio para o período (1\$867), de 502:385\$429 rs, mais de duzentos contos inferior ao do ouro branco⁴³.

As estatísticas referentes aos bons resultados na alfândega observáveis são destarte resumidas:

DEMONSTRATIVO 25- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1848 e 1849.

Receitas.....	1.225:523\$486 rs
Despesas.....	945:969\$019 rs
Saldo.....	279:554\$467 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1848.

⁴³ Ibidem.

No tocante aos destinos da produção nomeadamente algodoeira e açucareira da *Parahyba*, estes se assomam no período de 1848-1849: Inglaterra (Liverpool, Falmouth, Gibraltar), República da Irlanda (Cork), Itália (Gênova) e Malta⁴⁴.

Considerando as intenções do retrato das estatísticas referentes ao endividamento da Parahyba do Norte (que foi apresentado no princípio do capítulo), este bom exercício financeiro protagonizou a inversão do quadro: os passivos devidos pela Administração provincial estiveram quase quatro contos de réis menores do que os ativos devidos a esta mesma Administração, e as perspectivas para o recebimento destas dívidas era promissor. Neste sentido, é possível inferir que as finanças provinciais se encontravam em auspicioso período, que permitiu ao Governo consolidar o grande projeto de investimentos⁴⁵ que visava à modernização e ao desenvolvimento econômico da Parahyba do Norte, propiciado pela constante e forte presença do Estado, através dos dispêndios públicos.

DEMONSTRATIVO 26- Dívidas Passiva e Ativa ao final do ano de 1848

Dívida Passiva.....	43:616\$997 rs
Dívida Ativa.....	47:472\$315 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1848.

3.9 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1849-1850

Infelizmente, não muito se pode afirmar acerca deste penúltimo exercício financeiro da década de 1840, pois as informações disponibilizadas pelo Governo da *Parahyba* são demasiado escassas. Tendo em vista que muitos dos dados apresentados dependem de anexos presentes nos Relatórios dos Presidentes, e estes estão ausentes no reconto das atividades administrativas do exercício financeiro referente, não foi possível realizar grandes comparações estatísticas que muito pudessem somar-se às demais já expostas no presente trabalho. No entanto, partir-se-á ao que for possível.

Primeiramente, apresenta-se o balanço do exercício financeiro, um quadro ainda muito auspicioso para a Província, no tocante às suas receitas, ainda impulsionado pelo aumento no número de gêneros exportados pela alfândega da mesma. Não é possível compartimentalizar os valores da receita, não tendo sido demonstrados os encargos que os compunham, à exceção

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Refere-se ao programa administrativo que se apresenta no capítulo seguinte, compartimentalizado em setores da Administração Pública (infraestrutura, seguridade, saúde), o qual foi a grande contribuição da década de 1840 enquanto preparação para os bons anos que se observariam até meados da década de 1870.

das rendas alfandegárias. Não há, também, discriminação das despesas, que apresentam leve redução, proporcional ao que foi recebido pelo erário. Os dados são os seguintes:

DEMONSTRATIVO 27- Balanço financeiro do ano de 1849.

Receitas.....	212:722\$513 rs
Despesas.....	166:970\$936 rs
Saldo.....	45:751\$759 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1849.

No mesmo sentido, os produtos principais exportados pela Parahyba do Norte continuaram os mesmos, com os números variando levemente devido à redução do volume de algodão e açúcar despachados na alfândega, mesmo que os preços médios destes dois gêneros tenham apresentado considerável incremento no mercado internacional, neste exercício financeiro. Arrobas d'algodão, a Parahyba do Norte exportou-as em volume de 176.073, ao passo que foram similares 176.137 arrobas de açúcar e 4.450 peças de couro, tendo como principais destinos, toda a produção, Inglaterra (Londres, Falmouth, Liverpool, Gibraltar e Jersey), Portugal (Lisboa e cidade do Porto), além dos EUA (Baltimore), Itália (Gênova) e França (Marselha). Os valores médios praticados (per arroba para os dois primeiros, e per volume para o último) pelo Brasil (que serviria de base para o que se praticava na Província) para os três produtos mencionados, no exercício financeiro de 49 e 50 foram, respectivamente: 4\$930 rs, 1\$897 rs e 3\$413 rs⁴⁶.

No que se refere ao balanço do fluxo comercial que registaram a alfândega e a mesa do consulado da Parahyba do Norte, este traz o maior dos saldos para a década, o que é uma informação importante, mas que não pode ser tomada como essencialmente definitiva no nível de receitas, sendo este pensamento ainda egresso do mercantilismo. Foi considerável a redução nos valores importados pela Província (300 contos menores que o do exercício próximo passado), ao passo que as exportações decaíram em algo em torno de 100 contos, muito mais devido à queda no volume de açúcar e algodão que se exportou, e o comportamento dos números referentes a estes dois produtos haverá de ser inversamente proporcional entre si, no período seguinte.

As estatísticas do balanço dos valores exportados e importados pela Parahyba do Norte, entre 1849 e 1850, são apresentadas no demonstrativo 28, assim:

⁴⁶ Relatório Ministro da Fazenda do Brasil, 1851.

DEMONSTRATIVO 28- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1849 e 1850.

Exportações.....	1.137:299\$071 rs
Importações.....	646:253\$000 ⁴⁷ rs
Saldo.....	491:046\$071 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1849.

Não constam informações sobre as dívidas Passiva e Ativa que se observaram no decurso do ano de 1849, razão pela qual estas não são apresentadas para este exercício financeiro.

3.10 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1850-1851

O exercício financeiro último da década, como os dois passados, é positivo para a Província da Parahyba do Norte, apesar das ressalvas que os sempre cautelosos Presidentes exprimem para os anos vindouros. Primeiramente, há de se destacar que o período fora de muito positivas safras de algodão e açúcar, ao mesmo tempo em que o preço do primeiro alcançara alto patamar nos mercados internacionais, o que em muito contribuiu para a continuação dos positivos resultados observados nas contas provinciais. No entanto, havia grande descontentamento com a dependência de despacho da produção *parahybana* para a vizinha província de Pernambuco, onde, conforme já mencionado, funcionava uma agência coletora a serviço da *Parahyba*, à qual competia a arrecadação dos rendimentos dos produtos que eram ali exportados.

Dava-se conta, assim, que a preponderância de Pernambuco no comércio estrangeiro para com a *Parahyba* causava-lhe a esta grandes prejuízos, uma vez que as capacidades e liberdades desta ficavam consideravelmente limitadas. No mesmo sentido, o eminente Presidente, senhor Sá e Albuquerque, muito bem apercebia-se da preferência dos consumidores *parahybanos* por muitos dos produtos advindos da vizinha Província de Pernambuco⁴⁸, em vistas de que lhes estimava 4% mais em conta que aqueles da *Parahyba*,

⁴⁷ Valores referentes aos produtos importados com Direitos de Guia. O valor real do fim do período certamente foi consideravelmente superior, mas este não se encontra disponível, sendo necessário utilizar-se dos dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda do Império, ao invés daqueles da província.

⁴⁸ Ainda remanescência do período em que a Capitania da Parahyba era submetida à referida de Pernambuco, onde os mercados e o custo do despacho dos produtos eram mais atrativos, havia uma coletoria de rendas de exportação e importação no Recife, representante dos interesses da Parahyba do Norte. As rendas provenientes dos despachos ali deveriam ser remetidas à Capital parahybana, com os devidos encargos pagos aos pernambucanos. A razão principal de exportar-se pelo porto de Pernambuco diz respeito à maior diversidade de mercado. Mesmo com os valores a serem pagos, os produtores conseguiam, muita vez, mais atrativos preços ou

devido aos custos envolvidos em todas as etapas relativas com a cadeia produtiva, na Província de origem, muitos deles sendo revertidos em favor do próprio Pernambuco. Tanto assim era que o açúcar *parahybano*, a partir de 1850, necessitava de pagar taxa 3% sobre os valores de seu volume para serem despachados ao porto daquela localidade, onde melhores possibilidades de mercado havia. Para além disso, muitas queixas havia relacionadas com a não prestação de contas de rendas devidas à alfândega ou à mesa do consulado da Parahyba do Norte, arrecadas na Agência Coletora, retidas pela própria administração pernambucana. No decurso dos anos, esta Agência em Pernambuco será desativada.

Com as suficientes explicações apresentadas em nota (48), prosseguir-se-á na apresentação das estatísticas recorrentes neste trabalho até tal altura. A *Parahyba*, pelas boas safras, conseguiu exportar, no exercício financeiro de 1850-1851 a maior quantidade de açúcar da década: 319.572 arrobas, ainda que o valor do produto tenha apresentado queda expressiva no correr dos três anos anteriores, além de 109.595 arrobas de algodão, que alcançara o preço médio no período de 6\$449 rs., e estava em ascendência, e a diminuta quantidade de 2.500 couros salgados, gênero que já perdera, desde anos antes, importância na composição das rendas provinciais, ainda que seu preço médio continuasse a crescer⁴⁹.

Sobre os destinos preferenciais do comércio da Parahyba do Norte, pouco mudou, é fato, no decorrer dos dez anos analisados, com maior ou menor precisão, a variar o exercício financeiro. Sendo a Inglaterra o principal parceiro comercial da Província, 24 embarcações desta nação atracaram no porto *parahybano* no ano de 1850, de um total de 125, dos quais 91 provinham do próprio Império do Brasil, responsáveis pelo comércio interno, que muito importante era para a composição de rendas provinciais⁵⁰. Além disso, Portugal, Suíça, França, Holanda, Dinamarca e Sardenha também compuseram o rol de nações-destino dos gêneros produzidos na Província.

Sobre os efetivos dados gerais referentes ao comércio externo, contabilizados pela alfândega da cidade de *Parahyba*, estes se apresentaram destarte:

DEMONSTRATIVO 29- Balanço do fluxo comercial marítimo na Parahyba do Norte, entre 1850 e 1851.

Exportações.....	1.116:731\$439
------------------	----------------

mesmo exportar maior quantidade de produtos, o que compensava as taxas que estas transações interprovinciais demandavam.

⁴⁹ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1850.

⁵⁰ *Ibidem*.

Importações.....	803:224\$000 ⁵¹
Saldo.....	363:507\$439

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1850.

No que concerne às estatísticas fiscais da *Parahyba*, estas foram, de mesma maneira que nos dois últimos exercícios, consideravelmente lisonjeiras. Ambas as receitas e despesas ligeiramente caíram, considerando as variações de preços no mercado internacional do açúcar, assim como a diminuição da participação dos couros e mesmo do algodão na configuração das exportações da Província. A mesa da alfândega observou decréscimo de quase 11 contos em seus rendimentos entre 1849-1850 e 1850-1851 (120:617\$663 para 109:825\$989 rs)⁵², o que em parte contribuiu para a geral redução de receitas. Materializam-se assim os dados discutidos:

DEMONSTRATIVO 30- Balanço financeiro do ano de 1850.

Receitas.....	189:249\$697 rs
Despesas.....	164:757\$055 rs
Saldo.....	24:492\$642 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1850.

A dívida Passiva da Província encontrava-se bastante reduzida desde os princípios da década, assim como reduzida era o que a Administração tinha por receber proveniente da dívida Ativa. Apesar das dificuldades que se impuseram, nomeadamente relacionadas à seca, que muito corroeram as capacidades produtivas da *Parahyba*, foi sempre prudente a atuação dos Presidentes, muito sacrificando pelo fim de conservar a saúde fiscal provincial. Sobre os dois indicadores que em muitos momentos encontraram-se nas demais descrições dos anos financeiros, estes são os que se seguem:

DEMONSTRATIVO 31- Dívidas Passiva e Ativa ao final do ano de 1850.

Dívida Passiva.....	24:492\$642 rs
Dívida Ativa.....	17:473\$544 rs

Fonte: Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1850.

⁵¹ Nota 17.

⁵² Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1850.

Assim finaliza-se o reconto dos dados julgados mais importantes relativos à Administração Financeira da Parahyba do Norte, entre 1841 e 1850, relacionados ao contexto das atividades econômicas. Ainda neste capítulo estão tabelas que efetivamente realizam a comparação entre as estatísticas econômico-financeiras da Província no decurso da referida década, e, no capítulo seguinte, constará o trabalho de descrição de questões relativas ao trabalho do Governo Provincial refletidas por sobre a vida social dos *parahybanos*, que se observam nos anos 1840, que prenunciam o que se observará ao menos em três decênios devindos.

3.11. ESTATÍSTICAS ADMINISTRATIVAS/ECONÔMICO-FINANCEIRAS GERAIS DA DÉCADA DE 1840 NA PARAHYBA DO NORTE

[Adaptadas dos Relatórios dos Presidentes da Província de Parahyba do Norte (1841-1850) e do Relatório do Ministro de Estado da Fazenda (1850), com integração dos dados disponíveis em várias fontes diferentes em uma mesma tabela.]

TABELA 1- Balanço geral dos anos financeiros da década de 1840 (1841-1850) da Parahyba do Norte.

ANO FINANCEIRO	RECEITAS	DESPESAS	SALDO
1841-1842.....	157:660\$980	116:670\$375	40:990\$605
1842-1843.....	143:956\$207	121:162\$623	22:793\$584
1843-1844.....	114:912\$585	94:016\$974	20:895\$611
1844-1845.....	158:400\$294	105:881\$937	52:518\$357
1845-1846.....	177:143\$417	162:699\$792	14:443\$417
1846-1847.....	157:972\$598	130:598\$721	27:373\$877
1847-1848.....	195:884\$504	146:845\$706	49:038\$798
1848-1849.....	236:188\$068	173:077\$700	63:110\$368
1849-1850.....	212:722\$515	166:970\$936	45:751\$579
1850-1851.....	189:249\$697	164:757\$055	24:492\$642
SOMA.....	1.744:090\$865	1.382:681:819	361:408\$838

TABELA 2- Balanço geral dos valores exportados e importados pela Província de Parahyba do Norte na década de 1840 (1841-1850).

ANO FINANCEIRO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1841-1842.....	508:055\$017	601:032\$419	-92:977\$402
1842-1843.....	764:686\$288	765:312\$422	-626\$134
1843-1844.....	723:818\$534	748:461\$448	-24:649\$306
1844-1845.....	898:823\$987	624:888\$821	28:810\$135
1845-1846.....	564:615\$033	455:280\$873	109:334\$160
1846-1847.....	664:099\$116	567:301\$153	96:797\$993
1847-1848.....	745:609\$314	618:191\$977	127:417\$337
1848-1849.....	1.225:523\$486	945:969\$019	279:554\$467
1849-1850.....	1.137:299\$071	646:253\$000	491:046\$071
1850-1851.....	1.116:731\$439	803:224\$000	363:507\$439
SOMA.....	8.279:259\$315	6.775:915\$132	1.378:214\$760

TABELA 3- Arrobas de Algodão e açúcar, e volume de couros, exportados pela Província de Parahyba do Norte na década de 1840 (1841-1850).

ANO FINANCEIRO	ALGODÃO (arroba)	AÇÚCAR (arroba)	COURO (volume)
1841-1842.....	58.763	88.952	14.895
1842-1843.....	97.010	122.768	18.475
1843-1844.....	98.357	116.731	16.100
1844-1845.....	136.147	123.007	25.460
1845-1846.....	66.546	82.120	26.324
1846-1847.....	72.328	138.441	6.634
1847-1848.....	90.721	153.207	8.958
1848-1849.....	187.941	269.087	4.462
1849-1850.....	176.073	176.137	4.450

1850-1851.....	109.595	319.572	2.500
SOMA.....	1.089.481	1.590.022	101.934

TABELA 4- Comparativo entre os volumes dos principais produtos exportados pelo Brasil e pela Parahyba do Norte, incluindo o café, nos exercícios de 1848-1849 a 1850-1851.

BRASIL

ANO FINANCEIRO	CAFÉ (arroba)	ALGODÃO (arroba)	AÇÚCAR (arroba)	COURO (unidade)
1848-1849.....	8.600.062	854.829	8.505.161	595.940
1849-1850.....	5.935.817	1.169.809	7.871.564	550.887
1850-1851.....	9.771.341	880.748	8.796.124	467.962
SOMA.....	24.307.220	2.905.386	25.172.849	1.614.789

PARAHYBA DO NORTE

ANO FINANCEIRO	CAFÉ (arroba)	ALGODÃO (arroba)	AÇÚCAR (arroba)	COURO (unidade)
1848-1849.....	7	187.941	269.087	4.462
1849-1850.....	3	176.073	176.137	4.450
1850-1851.....	0	109.595	319.572	2.500
SOMA.....	10	473.609	683.586	11.412

PERCENTUAL PB/BR.....	4,1140⁻⁵%	16,3%	2,71%	0,7%
----------------------------------	-----------------------------	--------------	--------------	-------------

TABELA 5- Variação de preços médios oficiais dos principais produtos exportados pela Parahyba e pelo Brasil, incluindo o de café, nos exercícios de 1839-1840 a 1850-1851.

ANO FINANCEIRO	AÇÚCAR (arroba)	ALGODÃO (arroba)	COURO (unidade)	CAFÉ (arroba)
-----------------------	----------------------------	-----------------------------	----------------------------	--------------------------

1839-1840.....	1\$964	5\$579	— ⁵³	3\$571
1840-1841.....	1\$747	5\$575	—	3\$463
1841-1842.....	1\$679	4\$869	—	3\$175
1842-1843.....	1\$662	4\$363	—	2\$596
1843-1844.....	1\$500	3\$702	—	2\$360
1844-1845.....	1\$580	3\$964	—	2\$318
1845-1846.....	1\$938	3\$922	—	2\$632
1846-1847.....	1\$853	4\$412	—	2\$451
1847-1848.....	1\$605	2\$744	—	2\$334
1848-1849.....	1\$867[1\$349] ⁵⁴	3\$858[2\$050]	2\$829	2\$501[1\$975]
1849-1850.....	1\$897	4\$930	3\$413	3\$847
1850-1851.....	1\$766	6\$449	3\$835	3\$217
VARIAÇÃO.....	-10,08%	+15,6%	+35,56%	-8,4%

TABELA 6- Comparativo entre os valores médios de principais produtos exportados pelo Brasil e pela Parahyba do Norte, incluindo o café, nos exercícios de 1848-1849, 1849-1850 e 1850-1851.

BRASIL				
ANO FINANCEIRO	CAFÉ (arroba)	ALGODÃO (arroba)	AÇÚCAR (arroba)	COURO (unidade)
1848-1849.....	21.513:072\$847	3.298:091\$265	15.884:640\$084	1.685:983\$601
1849-1850.....	22.838:070\$172	5.78:105\$571	14.932:908\$552	1.880:257\$936
1850-1851.....	31.435:437\$302	5.680:502\$586	15.542:465\$894	1.794:900\$136
SOMA.....	75.786:580\$321	14.746:699\$422	46.360:014\$530	5.361:141\$673

⁵³ Os valores dos preços de couros não foram considerados para o comparativo, antes de 1848-1849.

⁵⁴ Os preços apresentados de 1839-1840 até 1847-1848, mais o valor entre colchetes em 1848-1849, dizem respeito a valores reduzidos a câmbio réis-libras do começo da década (1839-1840), e foram apresentados como objeto de comparação apenas, para ressaltar a desvalorização dos produtos no mercado internacional (e do câmbio), consubstanciando a tese de Celso Furtado.

PARAHYBA DO NORTE⁵⁵				
ANO FINANCEIRO	CAFÉ	ALGODÃO	AÇÚCAR	COURO
1848-1849.....	17\$501	725:076\$378	502:385\$429	12:622\$998
1849-1850.....	11\$541	868:039\$890	334:131\$889	15:187\$850
1850-1851.....	—	706:778\$155	564:364\$152	9:587\$500
SOMA.....	29\$042	2.299:894\$423	1.400:881\$470	37:398\$348
PERCENTUAL				
PB/BR.....	3,832077⁻⁵%	15,6%	3,022%	0,70%

TABELA 7- Evolução dos indicadores das dívidas Passiva e Ativa na década de 1840 (1841-1850).

ANO FINANCEIRO	DÍVIDA PASSIVA	DÍVIDA ATIVA
1841-1842.....	107:353\$885	37:954\$602
1842-1843.....	108:424\$257	55:022\$257
1843-1844.....	105:290\$915	51:024\$066
1844-1845.....	69:465\$198	—
1845-1846.....	67:448\$891	33:461\$222
1846-1847.....	45:000\$000	21:119\$672
1847-1848.....	33:757\$507	21:557\$676
1848-1849.....	43:616\$997	47:472\$315
1849-1850.....	—	—
1850-1851.....	24:492\$642	17:473\$544
VARIAÇÃO FINAL.....	-77,18%	-53,96%

TABELA 8- Comparativo (aproximado) entre os valores exportados pela Parahyba do Norte e as demais províncias localizadas a nordeste do Império Brasileiro, nos anos financeiros de 1846-1847 a 1850-1851.

⁵⁵ Valores aproximados, de acordo com o preço médio praticado para as arrobas dos respectivos produtos, exportados pelo Brasil.

PROVÍNCIA	1846-1847	1847-1848	1848-1849	1849-1850	1850-1851
Alagoas.....	662:280\$ (-0,274%)	1.118:848\$ (+50,059%)	1.170:859\$ (-4,46%)	1.431:925\$ (+25,9%)	1.248:122\$ (+11,76%)
Bahia.....	8.490:913\$ (+ 1.178,57%)	8.643:213\$ (+1.059,21%)	8.547:142\$ (+597,43%)	9.033:354\$ (+694,28%)	9.854:407\$ (+742,43)
Ceará.....	122:206\$ (-81,6%)	156:506\$ (-79%)	174:974\$ (-85,72%)	232:626\$ (-79,55%)	319:135\$ (-71,42%)
Maranhão.....	2.106:100\$ (+217,14%)	2.094:041\$ (+80,85%)	1.644:095\$ (+34,15%)	2.735:610\$ (+140,53%)	2.735:610\$ (+144,97%)
Pernambuco...	7.002:627\$ (+954,45%)	7.474:412\$ (+902,46%)	9.617:594\$ (+684,77%)	7.618:758\$ (+569,9%)	7.618:758\$ (+582,34%)
Rio Grande do Norte.....	Não houve exportação! (-100%)	Não houve exportação! (-100%)	Não houve exportação! (-100%)	Não houve exportação! (-100%)	Não houve exportação! (-100%)
Sergipe.....	256:144\$ (-61,43%)	237:616\$ (-68,132)	225:695\$ (-81,58%)	303:690\$ (-73,3%)	268:864\$ (-75,92%)
PARAHYBA ..	664:099\$	745:609\$	1.225:523\$	1.137:299\$	1.116:731\$

QUADRO 1- Lista dos Presidentes da Província da Parahyba do Norte, entre 1841 e 1850.

ANO	PRESIDENTE (S) DA PROVÍNCIA DE PARAHYBA DO NORTE
1841.....	Francisco Xavier de França e Pedro Fernandes Chaves
1842.....	Pedro Fernandes Chaves
1843.....	Pedro Fernandes Chaves; André Maranhão Júnior; Ricardo Gomes Jardim e Agostinho da Silva Neves.
1844.....	Agostinho da Silva Neves; Joaquim Franco de Sá; José Machado Sousa Ribeiro; André Maranhão Júnior; Joaquim Franco de Sá e Frederico Carneiro de Campos
1845.....	Frederico Carneiro de Campos
1846.....	Frederico Carneiro de Campos
1847.....	Frederico Carneiro de Campos
1848.....	Frederico Carneiro de Campos, João de Albuquerque Maranhão e João António de Vasconcelos.
1849.....	João António de Vasconcelos
1850.....	João António de Vasconcelos, José Vicente de Amorim Bezerra e Agostinho da Silva Neves.

4.0 DOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DA PARAHYBA DO NORTE NA DÉCADA DE 1840

O ano de 1840, especificamente, conforme se faz necessário trazer à recordação, foi demasiado importante para a consolidação do Império Brasileiro, uma vez que marcou, em 23 de julho, a precoce declaração de maioridade do herdeiro aparente ao trono, que viria a ser coroado no ano seguinte, o jovem Pedro. As repercussões deste evento, como não se poderia deixar de supor, foram inúmeras, e sentidas de diferentes formas nos quatro cantos do Estado Unitário, pois haveria de ter fim o mais conturbado período da história brasileira, aquele da Regência (Trinas ou Una). É natural, ademais, que nestes tempos nos quais a estabilidade política retornava, mais auspiciosas fossem as perspectivas para a economia, já em muito a sofrer com os conflitos internos incessantes. Tal observar-se-á.

A pequena província da Parahyba do Norte, é natural, em um sistema político em muito centralizador, mas que nesta intenção falhara na altura da Regência, não se apresentava enquanto alheia aos desenvolvimentos que se observavam na cidade da Corte e algures no território do Império. Não havendo o interesse em buscar os pormenores dos reflexos da inauguração do II Reinado na Província, é imperioso, no entanto, em vistas das temáticas tratadas no presente capítulo, apresentar algum mais basilar contexto administrativo e, por extensão, social, situacional da Parahyba do Norte nos predecessores anos à chegada da década de 1840, objeto principal do estudo ora desenvolvido. O capítulo que se inicia haverá de dispor de tal faceta, abarcando, ainda que sinteticamente, mas a servir aos devidos propósitos, o quadriênio antecessor aos anos 1840.

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E FINANCEIRA DO BRASIL NO PERÍODO REGENCIAL

Abdicando o Imperador D. Pedro I, a 07 de Abril de 1831, segundo os desígnios constitucionais⁵⁶, elegeu-se a Regência Trina Provisória, composta pelos senhores Francisco de Lima e Silva, Nicolau Campos Vergueiro e José Carneiro de Campos. Em Junho, observar-se-ia a eleição da Regência Trina Permanente, o que haveria de, em tese, consolidar o modelo administrativo sob o qual se conduziriam os negócios do Império até a efetiva maioridade do

⁵⁶ Neste caso, o artigo 123 da Magna Carta, que dispunha: “Se o Imperador não tiver Parente algum, que reúna estas qualidades, será o Imperio governado por uma Regência permanente, nomeada pela Assembleia Geral, composta de três Membros, dos quais o mais velho em idade será o Presidente”. O detalhe é que, segundo a mesma Constituição, a Assembleia Geral deveria eleger os três regentes, mas esta não se encontrava reunida para tal fazer. Assim sendo, aos Ministros de Estado da Justiça e Império caberia assumir enquanto interinos, no entanto, todo o Ministério do Império encontrava-se demissionário. A solução, afinal, foi o Senado eleger o *triumviratum* provisório supramencionado.

jovem Imperador D. Pedro II. Conforme já mencionado, no entanto, instabilidade haverá de ser a principal característica dos dez anos de Regência, a despeito de (e em consequente) a importância deste período para a consolidação da unidade do Estado, e para as fronteiras do gigante Brasil.

Sinteticamente disposta a situação de como aqui se chegou, tratar-se-á daquela referente à Administração Pública. Os regentes representaram o Imperador em sessão ordinária da Assembleia Geral, no dia 03 de maio de 1831, explicando-lhe à egrégia Casa a situação das finanças imperiais daquela fatídica altura, onde a imprudência do predecessor monarca contribuíra negativamente para o funcionamento da governança do Estado. Ao observarem-se os balanços dos exercícios financeiros de após 1822, em especial já nos últimos anos desta década, os valores de receitas e saldos podem levar o mais desavisado analista a pensar lisonjeiros os balanços financeiros daqueles tempos, porquanto não levam em conta o fato dos vultosos empréstimos e créditos dos quais tomava mão o Governo Imperial para suprir os déficit, estando estes classificados enquanto Receitas Extraordinárias. Neste sentido, apresentava-se destarte o estado de coisas dos negócios do Império quando da Regência: a dívida Passiva somava o valor de quase três exercícios financeiros, 55.981 contos (55.981:000\$000 rs), ao passo que a dívida Ativa somava 6.381 contos (6.381:000\$000 rs); ademais, o orçamento intencido para o período de 1831-1832 estipulava um déficit de mais de 5.000 contos, o que foi revisado, na primeira Lei do Orçamento (sancionada por Decreto de 15 de Dezembro de 1831) a ser formulada pela Assembleia Geral, e melhorou-se, tardiamente, o quadro financeiro para o período, ao estipular-se superávit próximo de 3.000 contos.

Não sendo de este trabalho objetivo tratar das particularidades administrativas e financeiras do Império brasileiro no período da Regência, nem dos específicos regulamentos orçamentais aprovados, apesar de ter subsídios para tal, será necessário sintetizar as demais informações, com os dados estatísticos e algumas poucas considerações sobre estes, o estado de coisas da Administração Pública e da Economia brasileiras na referida altura, para desta forma compreender-se mais efetivamente o que se observava na Província de Parahyba do Norte, foco principal da investigação ora apresentada. O quadro a seguir, formulado pelo eminente Senador Doutor Liberato de Castro Carreira, em magnífica obra denominada *História Financeira e Orçamentária do Império do Brasil*, publicada no ano da Revolução de 15 de novembro, apresenta as estatísticas mais relevantes acerca dos exercícios financeiros do período compreendendo 1833-1834 até 1839-1840, permitindo geral noção acerca dos

assuntos desta natureza durante os conturbados anos de regência, transição entre o primeiro e o segundo reinados.

QUADRO 2- Demonstrativo de Receitas e Despesas e dos valores oficiais exportados e importados no Império do Brasil desde 1833 até 1840.

ANO	RECEITA	DESPESA	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1833 a 1834....	12.471:856\$280	11.477:903\$110	36.237:000\$000	33.011:000\$000
1834 a 1835....	14.819:551\$910	12.908:250\$702	36.577:000\$000	32.998:000\$000
1835 a 1836....	14.135:426\$698	14.339:943\$457	41.195:000\$000	41.442:000\$000
1836 a 1837....	14.477:434\$521	13.979:682\$110	45.319:000\$000	34.182:000\$000
1837 a 1838....	12.671:608\$705	18.919:682\$119	49.757:000\$000	33.511:000\$000
1838 a 1839....	14.970:631\$851	18.131:007\$612	49.446:000\$000	41.598:000\$000
1839 a 1840.....	15.947:936\$183	24.968:661\$360	52.358:000\$000	43.192:000\$000
Média.....	14.440:144\$831	18.067:773\$051	45.815:000\$000	38.785:000\$000

Fonte: CARREIRA, 1889.

É importante ressaltar alguns pontos ao partir-se à análise do predecessor quadro. Em primeiro lugar, os sucessivos saldos positivos no balanço receita-despesa não significam, necessariamente, um auspicioso cenário, pois, conforme já mencionado em parágrafos acima, realizavam-se muitas operações de crédito no decorrer dum exercício financeiro em vistas a cobrir os déficits provenientes dos demais antecessores. Além disso, parte do expressivo aumento despesas, à revelia das receitas, observado entre 1837 e 1840 deve-se aos constantes incrementos nos dispêndios com os Ministérios da Guerra e da Marinha, os quais também criavam pressões por sobre a Fazenda Imperial, uma vez que era esta que arcava com o pagamento das dívidas contraídas para sustar o combate contra as muitas revoltas que se avolumavam na altura⁵⁷.

Assim, o Império Brasileiro adentrava na década de 1840 ainda demasiado perturbado pelos acontecimentos do período regencial. É fato, após a definitiva ascensão de S.M. D. Pedro II, o quadro de instabilidade dava sinais de arrefecimento, mas ainda quatro anos haveria de confrontação na “República Juliana” do Rio Grande, até o final da sublevação da província, a 1845. Conforme já mencionado, a economia e as finanças do Império encontravam-se combalidas, e apenas a estável e firme liderança do monarca pôde, com grande esforço em combater qualquer ameaça à sua soberana vontade, finalmente garantir a estabilização econômico-financeira, em especial em fins dos anos 1840, o que já é atestado

⁵⁷ Nomeadamente as civis, tem-se: Cabanagem (Pará, 1835-1840); Balaiada (Maranhão, 1838-1841); Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a que mais ameaçou a integridade do Estado Unitário, Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845)

pelo eminente sociólogo eminente Gilberto Freyre, ainda em 1964, quando analisava a sociedade daquela época, muito afetada pela bonança trazida pela liderança do monarca: “de 1848 a 1856, o Império progrediu em bem-estar econômico” (FREYRE, 2008). Apesar de alguns déficits observáveis, que não necessariamente significam descontrolo ou problemas financeiros, havendo, inclusivamente, quem os veja como necessários, em alguma medida, termos gerais, o Brasil encontrava-se em muito favorável situação, e a modernização, o progresso e a formação duma elite liberal foram todas propiciadas, sendo o século XIX, em sua segunda metade, dos mais prósperos e estáveis (séculos) na história brasileira após a independência, em muito superior ao seguinte, tempo da ‘coisa pública’.

4.2 DA PARAHYBA DO NORTE

Apresentado, com a generalidade que não incorre em insuficiência, o estado de coisas do Império brasileiro na altura da década de 1840, partir-se-á para a parcela intendida pelo presente trabalho, a Província da Parahyba do Norte. Neste sentido, as páginas a seguir haverão de tratar de alguns aspectos relacionados com as questões econômicas e financeiras, da vivência administrativa, portanto, de que tratou o predecessor capítulo, referente aos Exercícios Financeiros de toda a década, principalmente os seguintes: as obras públicas, que haverão de ser um importante indicador de modernização e progresso econômico e industrial da *Parahyba*, em especial à medida que as rendas provenientes das atividades produtivas crescem; aspectos sanitários/de salubridade, que também dizem respeito ao primeiro ponto, mas cujo enfoque principal haverá de ser a vacinação e as medidas de profilaxia quanto às doenças em geral, o que também passa a caracterizar a civilização a emergir, preocupada em evitar a proliferação de doenças e a decadência do padrão de vida, indignos aos ditames que se impunham ao mundo naquele século das luzes; além dos indicadores relacionados à vida quotidiana da população, dentro do escopo e das possibilidades que possuem este trabalho.

4.2.1 DA SEGURANÇA PÚBLICA/ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

A principiar a apresentação das questões relativas à Administração Pública da Província da Parahyba do Norte, realizar-se-ão sintéticas considerações relativas à Segurança Pública, uma vez que, conforme tratado nos parágrafos iniciais deste Capítulo, a instabilidade alastrava-se, também e principalmente, nesta parcela da vida pública. Na Província, houve de fato, resquícios da mazela anarquista e secessionista que se alastrava no Sul, mesmo depois da

entronização de D. Pedro II⁵⁸, mas tal limitou-se a um curto período, recaindo sobre a figura do Presidente provincial da altura, e maiores agitações referentes ao terrorismo que grassava por sobre o restante do Império não se observaram na *Parahyba* de princípios de 1840, como já dava conta a Administração dantes do período em questão.

O que se pode afirmar, no entanto, é que lisonjeira não se apresentava a situação de Segurança Pública da Província. O Governo reconhecia a quase incapacidade em evitar que se cometessem crimes de toda natureza, ressaltando a ineficiência da polícia, que não dispunha nem de meios, nem de contingente suficientes para adequada execução de suas atividades, como também da Justiça, morosa, corrupta e, muita vez, perdida em sua própria complexidade, travando-se uma longa luta para que fossem resolvidas estas questões. Sobre este quadro, o seguinte afirma o Presidente Pedro Chaves, Conservador, que tomou sobre si a incumbência de administrar a Província em 04 de maio de 1841, e pôs em curso grande esforço pela melhoria deste indigno quadro:

Os Juizes de Paz deixavam de processar os criminosos, ou por não saberem haver se com as formulas complicadas do processo, ou por temor de serem *victimas* do seu zelo, ou muitas vezes por *connivencia* com os mesmos criminosos. A impunidade era a consequência necessária d'esta situação; os crimes multiplicavam-se de uma maneira espantosa, e o *Jury* agravava a desordem geral com as suas decisões frequentemente *parciaes* e injustas.⁵⁹

Assim, o princípio dos anos 1840 será período em que definitivamente se haverá de civilizar o sistema de Segurança Pública/Justiça da Parahyba do Norte, importante componente para uma sociedade que se queira desenvolver. Elevou-se a força policial presente na Província, como também lhe foi imposta a organização tal qual a do Exército (à maneira de uma Polícia Militar), para que a disciplina e o eficiente cumprimento do dever fossem inerentes àquela importante corporação. Este Corpo Policial, cujo quadro pessoal possuía, por Lei estabelecidos, limites mínimos e máximos, era composto por voluntários, ainda que mantidos por financiamentos do Governo, e tinham por objetivo servir à Província nas mais básicas atividades de repressão a crimes, garantia da Ordem — com auxílio da

⁵⁸ O Presidente Fernandes Chaves, Barão de Quaraim, era Gaúcho. Assumiu a Presidência da Parahyba em maio de 1841, e os seus desafectos da natal Província para ali o seguiram, tentando contra sua vida em 21 de agosto do mesmo ano, e realizando ações para tentar insuflar a Província do norte, mas disto não muito sérias consequências resultaram. Dalguma forma, esteve ligado á deflagração da Revolução Farroupilha, no Rio Grande (do Sul).

⁵⁹ **Relatório** que à Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte apresentou o excelentíssimo Presidente da mesma Província Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. P. 5

Guarda Nacional, caso houvesse necessidade —, além do suporte à execução das decisões da Justiça, que contemplam a manutenção de prisioneiros.

O *status* da Guarda Nacional, na Parahyba do Norte, era incerto, porque havia disputas legais, na Província, em relação à jurisdição do Presidente sobre a corporação, tendo, portanto, a sua regulamentação submetida aos desígnios da Corte, e em pouco à Presidência da Província, mesmo em questões que a esta concerniam. Não será interessante adentrar neste embate jurídico, apenas ressaltar que a Guarda Nacional fazia-se presente na Parahyba do Norte, e esta compunha um importante órgão na manutenção da Ordem, complementarmente ao quadro policial normal, que raramente fora abalada na Província, a ponto de se necessitar deste corpo auxiliar das Forças de Exército.

Perceber-se-á, no decorrer dos anos, a diminuição das estatísticas relacionadas às práticas de infrações penais de toda natureza, em especial devido às reformas iniciadas pelo Presidente Chaves, apesar de haver significativo reconto de crimes contra a vida que, geralmente, decorriam de intrigas pessoais tornadas em assassinio, e esta tão bárbara característica perdurará sendo referenciada por todos os Presidentes da Província, como ainda o é quase dois séculos mais tarde. Ainda assim, mesmo levando em conta as insuficiências no esforço de coleta de números, os dados não eram graves a ponto de suscitar preocupações acerca duma possível perda de controlo do Estado, em verdade demonstrando a mencionada tendência de queda, à medida que o desenvolvimento econômico fazia-se sentir, e as finanças da Província confirmavam-no.

Persistirão, por toda a década de 1840 e além, os problemas que perpassavam as capacidades dos juízes e do próprio júri. Várias alterações foram sendo promovidas com vistas a aprimorar a Administração da Justiça, que por providência nunca esteve sobrecarregada a ponto de colapsar, haja vista ter o trabalho do Governo em manter algum nível de qualidade no Corpo Policial, auxiliar no cumprimento dos desígnios do Judiciário. Fiel ao proposto, os quadros abaixo apresentarão as estatísticas comparativas gerais sobre a situação desta corporação, bem como a discriminação dos delitos cometidos na Província. Perceber-se-á que a Polícia quase militar⁶⁰ da Província gozava de constante evolução de quadro de pessoal, ainda que as finanças, nalgumas vezes, demandassem reduções. O mais interessante, quiçá, será perceber a natureza das infrações penais, da mesma forma como a função social daqueles que as cometiam, quando possível fosse a identificação, já que

⁶⁰ Não era, ainda, a Polícia local das províncias considerada como corpo auxiliar das Forças Armadas constituídas no País. Assim, pode-se considerar que a força policial da Parahyba do Norte atuava de maneira ostensiva, na repressão da criminalidade, nas investigações, enquanto polícia penal e judiciária. Em situações extraordinárias, a Guarda Nacional atuava.

permitem a compreensão geral da situação de Segurança Pública, assim como a organização social na Província.

QUADRO 3- Evolução do contingente da Força Policial da Parahyba do Norte, no decorrer dos anos 1840.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	CONTINGENTE DA POLÍCIA
1840-1841.....	150 praças
1841-1842.....	160 praças
1842-1843.....	165 praças
1843-1844.....	165 praças
1844-1845.....	165 praças
1845-1846.....	115 praças
1846-1847.....	150 praças
1847-1848.....	165 praças
1848-1849.....	120 e 150 praças ⁶¹
1849-1850.....	200 praças
1850-1851.....	200 e 250 praças ⁶²

Fonte: Adaptado de Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1841-1850).

QUADRO 4- Sobre os réus (julgados por Júri) na Província da Parahyba do Norte, destacando os mais graves/destacados, e deles a ocupação.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	NÚMERO DE RÉUS	TIPOS DE CRIME	OCUPAÇÃO DOS PERPETRADORES
1844-1845.....	52	Assassínios (21); agressões (15), outros (16).	Agricultores (26), comerciantes (06), artesãos (07), outros (13).
1845-1846.....	04 ⁶³	Assassínio (01); agressão (01); outros (02) ⁶⁴ .	Comerciante (01), outros (03).
1846-1847.....	42	Assassínios (15); agressão (12); roubos (03); outros (07).	Agricultores (23), desempregados (10), escravos (5), outros (04).
1847-1848.....	33	Assassínios (16); agressões (10); outros (07).	Escravos (04), desempregados (2), outros (27).

⁶¹ Valor aprovado em Lei de 120, porém aumentado devido necessidade.

⁶² Neste caso, a Lei autorizava eventual aumento de contingente para 250, caso julgasse-se necessário;

⁶³ Estatísticas incompletas.

⁶⁴ Ibidem.

1848-1849.....	37 ⁶⁵	Assassínios (16); agressão (09); espancamento (05); outros (07).	Indeterminados (37).
1850-1851.....	11	Assassínio (04); roubo (02); outros (05).	Agricultores (08), negociante (01), clérigo (01), mestre d'açúcar (01).

Fonte: Adaptado de Relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1844-1851) e do Relatório do Ministro da Justiça (1848)

4.2.2 DAS OBRAS PÚBLICAS

No que concerne às obras públicas da Província na altura, pode-se afirmar, em generalidade, que nunca foram, no período estudado, em grande número, para suprir as necessidades básicas da *Parahyba*. Havia limitações de ordem orçamental, sempre presentes em todas as áreas da Administração Pública, em verdade, e que se farão sentir mais incisivamente nos primeiros anos da década de 1840, quando também as atividades econômicas — nomeadamente de exportação e de natureza agrícola/subsistência — ainda não se apresentavam consolidadas e desenvolvidas como nos anos finais do decênio, além de haver-se de tomar por conta a seca que afetou a Província por maioria deste período.

O sistema para realização das obras era de arrematação, que funcionava como um primitivo modelo de licitação: que grupos (pessoas jurídicas) especializados propunham valor para arrematar determinada obra pública, apresentando o orçamento à Administração Pública, que poderia ou não acatar o valor requerido. Nalgumas ocasiões, nomeadamente quando os valores requeridos para execução das obras provava-se demasiado alto ou desproporcional, era a própria Administração da Província que encarregava indivíduos (com condições para tal) de coordenar a execução dos trabalhos. Este sistema, somado a questões de natureza burocrática e de eficiência administrativa, provar-se-á parte importante na ineficiência do progresso satisfatório de projetos estruturais, sendo o exemplo maior o intendido novo prédio da Administração de Rendas da Província, que se fazia necessário em vistas a ser cessada a necessidade de aluguer de casas onde funcionasse tal repartição. Cria-se que viesse a custar por volta de sete contos de réis, que seriam pagos em oito anos. Não obstante, os valores sempre aumentavam ao passar dos exercícios financeiros, por questões de natureza vária, desde problemas na fundação, até a ausência de engenheiro que supervisionasse o edifício.

A Parahyba do Norte apresentava-se, em primórdios dos anos 1840, ainda demasiado carente de mais básicas infraestruturas em suas cidades, e mesmo na Capital. A

⁶⁵ Foram 37 crimes, alguns já julgados. Não é possível afirmar serem 37 réus, mas algo disto próximo.

Administração provincial percebe-o desde logo, ao tentar reverter tal cenário realizando investimentos públicos em estradas, fontes públicas, manutenção de pontes e estruturas gerais, obras que têm íntima relação com as necessidades económicas, já que o melhoramento das comunicações interior-litoral é essencial para escoamento da produção dos gêneros agrícolas para exportação, assim como de produtos que eram importados, fosse no porto da Capital, fosse na recebedoria de rendas estabelecida em Pernambuco.

Assim, as seguintes categorias de obras que serão mais especificamente apresentadas servirão para ilustrar a lógica de planeamento da Administração provincial no que se refere à categoria de infraestrutura, que, conforme já mencionado, passa a ser cada vez mais requisitada em sua plenitude de funcionalidade, especialmente para atender às necessidades duma economia que começava a se estruturar cada vez mais no sentido de exportação/importação. Por ser uma das facetas do presente trabalho, de apresentar a atuação da Administração Pública da Parahyba do Norte no decorrer da década de 1840, nomeadamente relacionada com as já taxativamente ressaltadas questões económico-financeiras, será importante tratar de alguns empreendimentos específicos, em vistas de seus caracteres prioritários do ponto de vista do projeto de desenvolvimento traçado pelos sucessivos governos, porém sempre de maneira a evitar a prolixidade ou a imersão em tecnicidades, que em nada viriam a agregar na consecução deste expresso objetivo.

4.2.2.1 Sobre a edificação/reestruturação de pontes

Foi reestruturada ponte sobre o rio Gramame, pois esta havia sido danificada em virtude de intempéries climáticas. Não se pode desprezar-lhe a importância para o comércio da Província, nomeadamente entre a Capital e a vizinha província de Pernambuco, cujo intercâmbio com a Parahyba do Norte é mais do que bem sabido a esta altura, além de ser uma estrutura por onde havia o acesso de pessoas para a Capital. Despendeu-se, entre 1840-1841, quantia, para efetivação destes reparos, de 443\$940 rs.

Outra importante ponte que foi reformada em primórdios da década de 1840 foi a sobre o rio Sanhoá (hoje, Sanhauá). Esta ponte, muito importante (dita a mais importante para o comércio e a agricultura da Província) e sempre problemática, necessitou também de aterramento de áreas, para viabilização de sua execução, que foi iniciado entre 1839-1841, sob valor de 1:406\$000 rs, chegando a custar, após uma série de etapas, mais de 20:600\$000 rs, e concluída a partir de 1848. O conserto efetivo da estrutura, que se encontrava com fundações de madeira apodrecida, dá-se a partir de 1842, com dispêndios na ordem de 148\$480 rs, vem a se finalizar entre 1846 e 1847 (ainda sendo necessários outros reparos a

partir de 1848, somados à construção de uma casa de guarda). A partir de 1845, já se observa a cobrança por passagem pela ponte, após os arrendamentos ao administrador responsável, e assim continuará no decorrer dos anos 1840.

Um empreendimento que também se faz importante o ressaltar é o projeto composto de reforma em ponte sobre o rio Mandacarú e de construção de estrada de Cabedelo. Para a consecução de ambas, dispendeu a Administração 800\$000 rs. No entanto a ponte teve de ser reconstruída em sua totalidade, custando, afinal, 3:750\$000 rs. As obras se justificavam pela crescente importância da localidade de Cabedelo para a economia e composição demográfica da Província, assim como pela necessidade de interligar regiões administrativas, das quais se extraíam rendas, através da ponte.

Para além das obras referentes a pontes, mencionadas nos parágrafos anteriores, que se provaram mais importantes para a lógica da administração da década de 1840, que em muito enfocou trabalhos no campo da infraestrutura, algumas de menor calibre podem ser sinteticamente elencadas, em vistas a provar tal ponto: houve conserto da ponte sobre o rio Miriri, concluído em 1841, com custo de 400 réis; foi planeada a construção de pontes sobre dois rios, Camussim e Popoca, cuja importância residia no fato de serem ligações para estradas provenientes de Pernambuco.

4.2.2.2 Das estradas

Tendo em vista o período histórico, em suas inúmeras vertentes e necessidades novas que se impunham à província, é bem possível afirmar que a Administração provincial guiava-se pelo *motto* que seria popularizado quase cem anos depois pelo Presidente do estado São Paulo (e posteriormente da República) Doutor Washington Luís: “governar é abrir estradas”. O senhor Presidente da *Parahyba*, Tenente Coronel Carneiro de Campos, em 1846, já bem deixa clara esta preocupação no campo da infraestrutura:

Sendo hum dos principais intentos da Presidência promover, quanto possível, a *construcção* de estradas, que do interior se *dirijirão* ao mercado da Capital, não só pelas vantagens sempre *inherentes* á objectos d'esta natureza, como também pela mais fácil e exacta arrecadação dos direitos sobre os produtos de nossa indústria agrícola [...]⁶⁶

Neste sentido, em congruência ao que já se realizou na predecessora seção, serão ressaltados os empreendimentos importantes desta categoria. Será perceptível, e confessada

⁶⁶ Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1846.

intenção, o fato de as estradas a serem principiadas ou concluídas no decorrer dos anos 1840 continuamente orientarem-se no sentido de interligação entre o interior e o litoral. A mais importante estrada que se intendia tornar totalmente transitável e de boa qualidade, sem dúvida, era uma que interligasse a Capital até a localidade de Areia, num trecho de quase 30 léguas (aproximadamente 144 km). A obra estava orçada em torno de 18:800\$000 rs, e foi totalmente concluída em finais de 1851.

Com objetivos confessos de mesma natureza, outra importante estrada pretendia-se construir, desta feita um empreendimento que ainda mais adentro fosse no território da Província, entre a Villa de Cabaceiras e a Capital. Percorrendo extensão de quase 300 km, por umas cinco localidades em vistas a também interligá-las ao destino final na costa, cria-se ser esta uma estrada de relevância ímpar, em vistas de que possibilitaria “aproximar os mercados, pela redução das distâncias, (concorrendo) sempre para o aumento da produção e riqueza do país”. O planeamento para esta intendida estrada começa em 1844, e submete-se às possibilidades financeiras que se deixariam à disposição da Administração pela Assembleia, por consignações orçamentais. Ao que parece, não houve interesse em que se executasse a estrada, quiçá por realizar-se similar projeto partindo de Areia, exposto no parágrafo acima, tal afirmando-se em razão desta já não mais ser mencionada em nenhum dos documentos analisados no decorrer da década de 1840.

Houve, ademais, inúmeras requisições, de carácter local, por estradas que unissem povoações/vilas/cidades e afins entre si, por parte das comarcas que compunham a divisão administrativa da Parahyba do Norte. Poder-se-ia elencar algumas, nomeadamente para que evidencie a importância dispensada aos empreendimentos desta natureza, no período estudado: a já mencionada estrada entre Cabedelo e a Capital; outra entre Bananeiras e a Capital, assim como entre aquela vila e a de Areia; de uma ligação entre a vila de Souza e Campina Grande, dentre outras. É sempre importante ressaltar que, entre o ponto de partida e o destino das vias, havia uma série de outras localidades, que passariam a desfrutar de integração à ainda insipiente rede de estradas que compunha a Parahyba do Norte dos anos 1840.

4.2.2.3 Obras em geral

Nesta rápida seção, realizar-se-á apenas uma sintética apresentação de outros empreendimentos dos quais tomou mão a Administração provincial no almejo concretizar o projeto de desenvolvimento da *Parahyba*, partindo dos investimentos em obras públicas de natureza vária. Uma estrutura altamente importante para atendimento básico à população era

de fontes, onde se buscava a água para as necessidades gerais dos cidadãos, e que receberam também atenção da Administração provincial naqueles anos de 1840. Na própria Capital, poder-se-ia elencar um conto de réis despendido para reforma das fontes de Tambiá e Gravatá, observando-se que todos os anos seria necessário similar trabalho de manutenção nestas estruturas. Na vila de Cuité, percebia-se ali a urgência de se construir também uma fonte, para que se evitasse o eventual total desabastecimento d'água, em especial devido à estiagem que já se impunha sobre a Província, e os dispêndios totais neste sentido somaram 450 mil réis. Além disso, também foi investido valor de 2:184 contos na edificação duma certa fonte dos milagres, algures em território *parahybano*.

Outro projeto que muito levou em conta as necessidades econômicas da Província foi o de propiciação do rio Mamanguape para a navegação. Considerado um curso d'água importante, porém inadequado para o trânsito de embarcações, a partir de 1842 buscou-se realizar o que se chamou “desentupimento” do rio, no que se investiu a soma de 400 mil réis. Estabeleceu-se uma agência de alfândega na vila homônima (de Mamanguape), tendo em vista o crescimento da exportação de açúcar, dali saído, para Pernambuco, no que acabava por deixar de arrecadar os rendimentos provenientes de direitos sobre produtos a Administração da *Parahyba*, sem que esta coletoria de rendas ali estivesse. É perceptível que a localidade Mamanguape tornou-se um polo importante no recebimento de produtos advindos das sertanias *parahybanas*, que partiam ora em direção à Capital, por meio do rio, ora diretamente à vizinha Pernambuco, até o deságue no oceano, assim tornando-se uma estratégica obra o melhoramento da capacidade de navegação deste curso de água.

Na Capital, realizados foram projetos que visavam o melhoramento da infraestrutura urbana. Houve plano para realização de planta da cidade, assim como de nivelamento desta, em vistas a garantir melhorias em salubridade pública, e concomitantemente a qualidade das edificações que haveriam de ser construídas, em esfera pública ou particular. Não é possível afirmar se a isto se procedeu dentro do período estudado. No mesmo sentido, ruas foram calçadas e expandidas (a exemplo da Rua das Convertidas, atual Maciel Pinheiro, a custo de 400\$000 rs.), o sistema de esgotamento reparado e aprimorado, havendo sido reparados monumentos e prédios de utilidade, como a Fortaleza de Cabedelo, templos e Quartéis de guarda.

4.2.3 DA SALUBRIDADE PÚBLICA

É fato que o século XIX principiou o movimento advindo da Europa por melhoramentos urbanos que visassem não apenas o embelezamento das cidades, mas a

profilaxia da expansão de doenças várias, nomeadamente se estas atingissem as classes mais civilizadas duma sociedade. Nos anos 1840, na Paraíba, ainda é demasiado limitado o alcance desta lógica urbanística e de salubridade, apesar de algumas já mencionadas obras de melhoramento estrutural observadas serem (consustancia atese do trabalho, pois que esta década é aquela que principia o movimento de saúde e urbanismo). Nesta seção, tratar-se-á especificamente dos esforços da Administração provincial em realizar o melhoramento da situação de salubridade pública da Parahyba do Norte, em especial relacionados à insipiente vacinação, à preocupação com os sepultamentos, que pela primeira vez aparecerá na Província nesta década, quando haverá impulso — retórico, no entanto — no planeamento e construção de um Cemitério público da Província.

A vacinação⁶⁷ é uma questão que começa a ganhar importância significativa a partir ainda dos primordiais anos da década de 1840, do ponto de vista da Administração. A população era um dos fatores que impediam a eficiente imunização na *Parahyba*, pois, por temor e desinteresse, não se permitia vacinar, não comparecia aos sítios onde se distribuía a medida de profilaxia. Somado a isto, havia ainda a insuficiência de meios dos quais dispunha a Administração, visto que raramente conseguia estatísticas demográficas nas áreas do interior, ou ali realizava a imunização das populações. Confirmando tal fato, apenas em 1846 foi criada uma legislação⁶⁸ ordenando o estabelecimento de vacinadores municipais e paroquiais, somente ocorrendo a nomeação dos respectivos agentes incumbidos em realizar o processo em finais de 1848, o que basicamente significava que apenas na Capital havia a vacinação, sob coordenação do Cirurgião-Mor da Parahyba do Norte, até os dois derradeiros exercícios financeiros da década.

Em 1850, o Presidente da Província ordenou a construção de um Lazareto na Ilha de Tiriri, para abrigar indivíduos (estrangeiros) afetados pela Febre-amarela, que não se transformou em epidemia neste momento específico, porque adentrou na *Parahyba* por via de seu porto, em navio de britânicos — em uma análise de mais longo alcance, aperceber-se-á de que será o porto grande responsável pela entrada de doenças de febre várias na Província, muitas delas a causar graves consequências por sobre a população *parahybana*, exposta ao contágio pela insalubridade que imperava em a maioria das paragens na Capital. Tal empreendimento de profilaxia a doenças contagiosas foi uma medida demasiado extrema para a contenção da disseminação de pestes, este específico da Ilha Tiriri vindo a ser desativado

⁶⁷ Trata-se da imunização contra a Variola, especificamente, que era o mal contagioso mais gravoso a atingir a Província, e mesmo o Império do Brasil., até a chegada do *Cholera-morbus*, nos anos 1850.

⁶⁸ Decreto Provincial de 17 de agosto de 1846.

rapidamente, após o arrefecer dos piores casos de febre, e com requerimento do Consul Britânico, e voltará a ser utilizada, desta feita de maneira mais duradoura, em vindouros anos, na Ilha da Restinga, durante a grande epidemia de *Cholera-morbus* que irá grassar a Província por duas ocasiões diferentes.

Assim, impedindo que fosse mais grave a situação, nenhuma epidemia de maior seriedade parece ter se abatido sobre a Província, apesar de casos eventuais de Bexiga (Varíola), Febre-amarela e Tifoide, Pneumonia e outras. É perceptível, no entanto, quão poucas pessoas são imunizadas no decorrer dos anos, mesmo que apenas na Capital, o que se manterá tendência nos anos devindos, até que, em finais da década de 1850 e começo de 1860, a grande epidemia de Varíola assolará a Província, e o preço pela pouca prevenção por vacinas será cobrado. Sobre os dados estatísticos neste sentido, o quadro a seguir (Quadro 5), demasiado limitado, como são as estatísticas mesmas, evidencia a insuficiência do esforço de vacinação. Importante ressaltar é que, em censo de 1850, a população total da Província estava em 212:466 indivíduos, sendo 183:920 de cidadãos livres e 28:546, escravos. Dentro da subdivisão em três comarcas, a Capital fazia parte da primeira, que, segundo as estatísticas oficiais, incluía 51:872 pessoas, entre livres e escravos.

QUADRO 5- Do número de indivíduos vacinados, na Capital, a partir de 1842, segundo as estatísticas oficiais.

ANO (Exercício Financeiro)	NÚMERO DE VACINADOS
1842-1843.....	532 indivíduos
1844-1845.....	143 indivíduos
1846-1847.....	90 indivíduos (Janeiro a Agosto de 1846)
1847-1848.....	306 indivíduos
1848-1849.....	567 indivíduos
1850-1851.....	1:066 indivíduos
SOMA.....	2:704 indivíduos (livres, escravos, homens e mulheres)

Fonte: Adaptado de relatórios dos Presidentes da Parahyba do Norte (1842-1850).

Outra importante questão que se impunha à Administração provincial enquanto de absoluta necessidade relacionava-se aos sítios de sepultamento para a população. Bem sabendo que havia, na *Parahyba*, a Santa Casa da Misericórdia, tão importante instituição que prestava serviços de acolhimento aos pobres e órfãos, assim como de natureza hospitalar, que tinha por prática sepultar os irmãos da Ordem em catacumbas construídas no território da igreja, não se podia afirmar que o mesmo tratamento fosse dispensado aos demais indivíduos, que, no geral, encontravam lugar final de descanso em proximidades do território do templo

onde comungavam, ou mesmo dos lugares onde residiam. Mesmo este costume interno da Santa Casa haverá de ser, nos anos vindouros, vedado, especialmente após o Cemitério Público que se construirá passar para administração desta Ordem.

Sobre o primeiro Cemitério Público da Parahyba do Norte, obra icônica na preocupação com a salubridade e higiene na Província, a sua necessidade é referenciada desde o segundo ano da década de 1840, mas apenas começam-se os trabalhos de planejamento e efetiva execução do projeto em o ano de 1850, pela Lei Provincial Nº 7, de 23 de março, a qual consigna valor de 2:500\$000 réis para este fim. No ano seguinte, mais sete contos de réis serão consignados, mas o princípio da obra não será até 1853, e esta haverá de perdurar até o princípio da segunda metade do século. Tanto tempo levou para que, efetivamente, edificasse-se o cemitério na Capital, que a Vila de Pilar fê-lo primeiro em seu território, sob os auspícios de um certo Frei.

4.2.4 DA SECA QUE ASSOLOU A PROVÍNCIA

Já muita vez foi mencionado o fato de a Província da Parahyba do Norte (assim como aquelas do Ceará e Rio Grande do Norte) ter sofrido, a partir de fins de 1841 até meados de 1847, os nefastos efeitos um período de estiagem prolongada, com variado grau de intensidade, sendo o epicentro desta seca entre fins de 1844 e 1846, que muito impôs à Administração provincial, assim como à população, que daquela tanto necessitou. Perceber-se-á, como já foi possível fazê-lo noutra altura (ASSIS, 2019), que o fenômeno climático virá a demandar que o Governo da Província adote medidas peculiares, que muito profundamente modificam o proceder normal das vida administrativa e social na *Parahyba*, como é de se esperar passar-se em qualquer quadro de emergência pública. Serão estas medidas, portanto, em conformidade com a intenção deste capítulo, o que se discorrerá nos parágrafos subsequentes.

O principal gênero componente da dieta dos mais humildes na *Parahyba* era a farinha de mandioca, razão pela qual, quando da prolongada estiagem, foi este alimento que mais falta fez aos cidadãos, e o primeiro a ser requisitado enquanto socorro à Província, nomeadamente das vizinhas Pernambuco e Bahia, recebendo da primeira, 650 sacas do produto. O Governo Imperial também não se absteve de auxiliar a combalida população da *parahybana*: ainda em finais 1844, quando os efeitos da estiagem prolongada faziam-se sentir com maior intensidade, enviou à Província 8.432 alqueires da tão necessária farinha, além de 136 de feijão, 500 de arroz, e 134 de milho. As ajudas pecuniárias e os valores referentes já foram apresentados no capítulo anterior, e o que se pode afirmar ademais é que a soma de

todos os auxílios concedidos pelo Império a todas as províncias afetadas pela seca será de 447:856\$610 rs, sendo 101:112\$712 rs destes destinados à Parahyba do Norte⁶⁹, o que equivale a 22,58% de todo dispêndio emergencial, considerável, sem dúvida⁷⁰.

O Governo da Província executou ações efetivas com o que tinha ao dispor. Testemunhando as lavouras do interior, assim como as pastagens e os reservatórios d'água exaurirem-se em acelerado ritmo, os flagelados destas localidades em peso dirigiram-se em direção à Capital, com vistas a buscar o mínimo gêneros básicos para subsistirem. Muitos destes indivíduos acabaram por se assentar na Vila de Campina Grande, localidade que foi tornada em centro de distribuição de mantimentos, tal qual a Capital e Ingá, sítios onde havia gratuita prestação dos alimentos básicos para os necessitados, havendo necessidade, para manutenção desta prática tão dispendiosa (inclusivamente tendo o Governo de requisitar empréstimo a particular, o Coronel Francisco Alves de Souza Carvalho, no valor de mais de quatro contos), de compra, por parte da Administração, além de esforços para manutenção em baixa dos preços (subsidiando-os), evitando que mais pessoas viessem a sofrer de má nutrição. As freguesias da Terceira Comarca (Pombal, Patos, Catolé do Rocha e Souza) foram as mais afetadas pela seca, razão pela qual estas ficaram quase despovoadas, em vista de os flagelados dirigiram-se às duas outras comarcas, principalmente à segunda, que incluía dois dos centros de distribuição de mantimentos: Campina Grande e Ingá), conforme já mencionado.

Neste sentido, a grande aglomeração de desvalidos tanto na Capital como em Campina Grande e Ingá gerava o sempre presente receio, por parte dos administradores, de que aqueles miseráveis, no desespero em que se encontravam, optassem por deixar-se levar pelos quase irresistíveis impulsos do banditismo. Tal constatação faz o Ministério do Império requerer ao Governo da Província que realize um largo programa de emprego da mão de obra potencial e ociosa em obras públicas de qualquer natureza, nomeadamente no melhoramento de estradas e construção de açudes, em troca do recebimento dos mantimentos que tinha a Administração em sua guarda. Diferentemente do que acontecerá na seca de 1877 na Província, não será posto em prática similar programa, e o destino dos sofridos indivíduos não é permitido saber pelo que disponibiliza a oficial documentação.

Ainda que não se possa afirmar que a abundante mão de obra dos emigrados das sertanias tenha sido utilizada para um largo programa de obras públicas (que, em verdade, não

⁶⁹ Relatório do Ministro de Estado do Império à Assembleia Geral.

⁷⁰ Considerando as demais províncias, a Parahyba recebe uma soma importante. Estes gastos são contabilizados de diversas maneiras: transporte de produtos, auxílio pecuniário próprio, compra de gêneros básicos, distribuição de recursos. Alguns destes dispêndios foram já mencionados no capítulo anterior.

existiu de fato na Província, para além daqueles investimentos em infraestrutura, sobre os quais se discorreu neste capítulo), muito larga foi a expansão e melhoramento de açudes já existentes por muitas das freguesias *parahybanas*, nomeadamente nas mais atingidas pela seca e noutras susceptíveis de o serem num próximo futuro, em especial a partir de 1846 e 1847. O quadro a seguir (Quadro 6) foi elaborado em vistas a sintetizar a apresentação dos sítios onde se intendeu construir/reformar açudes, tanques e afins, assim como os valores orçados destas obras, sem que se possa afirmar que a tudo se deu procedimento nos períodos seguintes, visto já estar-se ao fim dos anos de maiores agruras. Há, sem dúvida, considerável imprecisão no que se apresenta no vindouro quadro, mas as informações ali presentes bem servem aos propósitos do trabalho, à medida que consubstanciam as preocupações da Administração Pública com o mitigar dos efeitos da seca, evidenciando-lhe, ademais, os dispêndios pecuniários, orçados ou executados, para tal conseguir.

QUADRO 6- Das obras de armazenamento d'água intendidas para serem construídas em localidades da Província de Parahyba do Norte, a partir de 1846, ápice da seca.

LOCALIDADE	TIPO DE OBRA	ORÇAMENTO	STATUS
Vila de Pilar	01 açude e 04 cacimbas	1:500\$000 rs.	Indeterminado ⁷¹
Dita do Ingá	Conclusão de açude e construção doutro, no riacho Zabelê	4:700\$000 rs.	Obra de construção do açude arrematada, concluída após 1851.
Dita de Campina Grande	Reforma dos açudes Novo e Velho	3:000\$000 rs.	Indeterminado
Dita de Cabaceiras	Construção de dois açudes e feitura de tanques	2:800\$000 rs.	Indeterminado
Dita de S. João	Construção de dois açudes	2:400\$000 rs.	Indeterminado
Dita de Piancó	Construção de açude(s)	Não realizado	—
Dita de Patos	Construção de açude em Serra de Teixeira	4:000\$000 rs.	Obra arrematada, concluída após 1851.
Dita de Catolé	Construção de dois açudes	8:000\$000 rs.	Indeterminado (Não executado) ⁷²
Dita de Sousa	Construção de açude	4:000\$000 rs.	Indeterminado
Dita de Pombal	Dito de açudes	12:000\$000 rs.	Indeterminado (Não

⁷¹ Significando que nenhum outro registo houve, até 1850, das obras descritas. É possível que não tenham sido aprovadas no Orçamento votado pela Assembleia, ou nem mesmo submetidas. O mesmo se aplica a todas as demais nas quais constam este *status* de indeterminado.

⁷² No que concerne a esta freguesia, não se sabe que fim deu-se à construção dos açudes, orçados em 8 contos. Em 1851-1851, requereu-se a construção de um açude num riacho que banha a vila, do que se infere que aqueles açudes intendidos não foram finalizados.

			executado)
--	--	--	------------

Fonte: Adaptado de Relatórios dos Presidentes da Província de Parahyba do Norte (1846-1850).

A concluir, trata-se dos efeitos econômicos e financeiros da seca sobre a administração da Província, que foram acentuados. No capítulo anterior já mais pormenorizadamente abordou-os, mas não se haveria de incorrer em zelo extremado em ainda mais alguma coisa disto tratar-se nesta seção. Já se torna claro que a Parahyba do Norte em muito teve de fiar-se nos auxílios prestados pelo Governo Central para que não se agravasse mais o seu quadro financeiro, já que o Estado tomou sobre si todas as responsabilidades pela mínima sobrevivência dos cidadãos, sem que muito esperasse de reaver, em matéria pecuniária. Observou-se, entre 1845 e 1846, o menor saldo na relação Receitas/Despesas, havendo incremento considerável das segundas, seguido por similar movimento das primeiras, mas impulsionado exclusivamente pelos auxílios da Corte, sem os quais um déficit seria inevitável. Além do mais, no mesmo período, foram observados os piores resultados na produção de algodão e açúcar, em conseguinte na exportação, mais importante fonte de rendas da Parahyba do Norte na altura.

Assim finalizam-se as sintéticas e gerais análises sobre a vida administrativa da Província da Parahyba do Norte, no decorrer da década de 1840. É fato que as estatísticas e informações todas apresentadas nas páginas predecessoras relacionam-se ao projeto da Administração Pública provincial implementado, que haveria de estabelecer as bases para os prósperos anos, e de tão intensas mudanças, que se perceberiam nas décadas seguintes, além de também permitem compreender, dalguma forma, como a população organizava-se e vivia quotidianamente naquela altura, influenciada e a influenciar as ações do Governo.

Afirma-se, ao fim e ao cabo, que o trabalho manteve-se fiel à sua primordial proposta: configurar-se enquanto uma História da Administração Pública, das Finanças, Economia, e delas deprender a influência sobre os súbditos *parahybanos*. Investigações que se debruçam sobre as questões complementares, de cunho exclusivamente social, ou abordando questões inerentes ao progresso econômico (modernização, pobreza,...), sobre educação e afins, já outras há.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando-se à conclusão de toda a investigação apresentada nas páginas acima, realizar-se-ão algumas considerações acerca da multitude de temáticas tratadas neste trabalho, que podem ser agrupadas sob a égide de uma: a Administração Pública da Província da Parahyba do Norte no decênio 1841-1850. É necessário afirmar que foi este embasamento o guia de qualquer palavra exposta, sem que se adentrasse na especificidade de questões inerentes à governança de um ente administrativo, já havendo *Magnus opus* a tal dedicada, ou que destas se distanciasse a ponto de haver o câmbio da natureza da pesquisa para outra de cunho social imperfeito.

Neste sentido, excetuando-se o primeiro capítulo, que trata sinteticamente dalguns aspectos teóricos que embasaram a consecução deste trabalho, as seções que compõem esta investigação apresentaram de maneira direta e quase inequívoca — que pouco permitem tergiversações, pela natureza dos dados — os aspectos mais interessantes ao viés do qual se utilizou para execução de todas as análises dos documentos que serviram de fonte à pesquisa que hora encontra-se finalizado. Assim, foi possível observar, dentro das possibilidades, a evolução das finanças da Província da Parahyba do Norte desde 1841 até 1850, compreendendo os dados da dívida, dos balanços entre os exercícios financeiros, os investimentos dispensados às várias áreas relativas à vida administrativa de uma província, assim como a participação das atividades econômicas nos dados financeiros, nomeadamente a cultura de gêneros (açúcar e algodão, de maneira mais relevante), a criação de animais, além da ainda deficiente gênese de manufatura têxtil, que tanto influenciaram, todos estes, na orientação do projeto administrativo cujo foco era garantir as melhores condições para que as crescentes remessas de produtos aos portos do exterior fossem concretizadas de maneira simples e com menores custos possíveis.

Podem-se sintetizar as contribuições desta pesquisa para a História da Paraíba da seguinte maneira:

- I- Fez-se a síntese de um período da história do atual estado brasileiro que determinou os seus destinos efetivamente, quando surgem as primeiras e mais incisivas preocupações do Governo com a infraestrutura, saneamento/salubridade públicos (enquanto programa de desenvolvimento organizado, o que não significa desprezo ao que anteriormente fora realizado), muito devido às necessidades econômicas, sem dúvida, mas que serão expandidas no decurso do século XIX,

sendo a década de 1840, portanto, ponto de partida num projeto administrativo de bem estar social;

- II- Possibilitou-se compreender a gênese do prolongado ciclo algodoeiro na Paraíba, também se identificando a relevância das atividades econômicas relacionadas a este produto no processo de modernização e de efetivo desenvolvimento socioeconômico da Província, sob o prisma das finanças públicas, pois que era a Administração Pública propiciadora destes progressos, no sentido de seus investimentos e dispêndios em obras de infraestrutura, salubridade,.. Não se desprezando a força geradora dos empresários, produtores, trabalhadores, e à revelia da taxaço de atividades produtivas (que era característica da economia mercantil daquela altura), é inequívoca a participação da Administração Pública no desenvolvimento urbanístico e estrutural da Província, integrada aos grupos econômicos ou a eles desvinculada;
- III- Realizou-se a integração da história da Paraíba naquela do Brasil e mesmo do mundo, ao elencarem-se estatísticas comparativas da Província e com as relativas aos dados do comércio internacional (em um período em que o Brasil tanto necessitava de capitais estrangeiros, provenientes de trocas mercantis). Posto que a lógica quasi-colonial ainda imperasse nas relações comerciais, sem dúvida foi a atividade de exportação de produtos básicos (pela pouca disponibilidade de capitais e mesmo de interesse num avanço da industrialização) que garantiu ao Brasil, e à Parahyba do Norte, a possibilidade de inserção nas relações internacionais. A pequena Província ainda com ciclos econômicos remanescentes dos anos de sua fundação, somados ao algodão, e o Império brasileiro cada vez mais a depender do café;
- IV- Buscou-se, pois, retrato amplo do quadro situacional da Província de Parahyba do Norte no decurso da década de 1840, evidenciando as contradições sociais e financeiras que se observavam, permitindo a comparação com os momentos de crise e transição atuais.

Ressalva-se que as questões por esta investigação trabalhadas não contemplaram as grandes discussões sobre os sistemas econômicos do século XIX, ou as inquietações sociais *en vogue* naquela altura, e isto é fato proposital, uma vez que a intenção da realização deste esforço de pesquisa foi, apesar dos impulsos de mais expansão temática ao contexto geral, de apenas trabalhar com a atuação da Administração da Província de Parahyba do Norte, não dispensadas as estatísticas advindas da Corte, naturalmente.

Enfim, com as considerações conclusivas realizadas sobre o conteúdo e propósitos desta investigação, espera-se que todo o trabalho quantitativo e serial aqui realizado, com a sintetização das estatísticas que muito caras são àqueles que estudam aspectos mais econômicos/financeiros/comerciais na História, venha a configurar-se enquanto relevante entre os numerosos e denodados estudos sobre a Parahyba do Norte pretérita já produzidos, onde este que ora conclui-se haverá de, diminuto e humilde, compartilhar espaço com os mais importantes pesquisadores, apenas com eles compartilhar o esforço de tentar apresentar a gênese e vivência do povo paraibano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Lucas Ramon Porto de; SANTOS, Juvandi de Souza. **O meio ambiente a moldar uma província:** encargos da seca de 1877-1879 sobre a administração e sociedade da Parahyba do Norte. Anais I CONIMAS e III CONIDIS. Campina Grande: Realize, 2019. v. 1.

BARROS, José d'Assunção. **A História Quantitativa e Serial no movimento dos Annales.** Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012;

_____. **História Serial, História Quantitativa e História Demográfica:** uma breve reflexão crítica. Revista de C. Humanas, Vol. 11, Nº 1, p. 163-172, jan./jun. 2011;

BRASIL. **Constituição (1824)** Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>

_____. Ministério da Justiça. Ministro Manuel António Galvão. **Relatório** do ano de 1844, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 2º sessão da 6º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845. Disponível em:
<<http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-218%2C-251%2C4337%2C3060>>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. Ministério da Justiça. Ministro José Joaquim Fernandes Torres. **Relatório** do ano de 1845, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 3º sessão da 6º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846. Disponível em:
<<http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-218%2C-251%2C4337%2C3060>>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. Ministério da Justiça. Ministro José António Pimenta Bueno. **Relatório** do ano de 1847, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 31º sessão da 7º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848. Disponível em:
<<http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-218%2C-251%2C4337%2C3060>>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. Ministério da Justiça. Ministro Euzébio de Queiroz Coitinho Mattoso Câmara. **Relatório** do ano de 1849, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 1º sessão da 8º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1850. Disponível em:
<<http://ddsnext.crl.edu/titles/107#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-218%2C-251%2C4337%2C3060>>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. Ministério do Império. Ministro José Carlos Pereira de Almeida Torres. **Relatório** do ano de 1844, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 1º sessão da 6º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845. Disponível em:
<<http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-557%2C-146%2C4121%2C2907>>. Acesso em: 10/10/2020

_____. Ministério do Império. Ministro Joaquim Marcellino de Brito. **Relatório** do ano de 1845, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 3º sessão da 6º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-557%2C-146%2C4121%2C2907>>. Acesso em: 10/10/2020

_____. Ministério do Império. Ministro Joaquim Marcellino de Brito. **Relatório** do ano de 1846, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 4º sessão da 6º Legislatura Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-557%2C-146%2C4121%2C2907>>. Acesso em: 10/10/2020.

_____. Ministério da Fazenda. Ministro Joaquim José Rodrigues Torres. **Proposta e Relatório** do ano de 1851, apresentados à Assembleia Geral Legislativa, na 4º sessão da 8º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-341%2C-110%2C3113%2C2196>>. Acesso em: 10/10/2020

_____. Ministério da Fazenda. Ministro Honório Hermetto Carneiro Leão. **Proposta e Relatório** do ano de 1853, apresentados à Assembleia Geral Legislativa, na 2º sessão da 9º Legislatura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854. Disponível em:

<<http://ddsnext.crl.edu/titles/106#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-341%2C-110%2C3113%2C2196>>. Acesso em: 10/10/2020.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Imperio do Brazil** desde a sua fundação, precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CESARANO, Filippo. (2006). **Economic History and Economic Theory**. Journal of Economic Methodology. 13. 447-467. 10.1080/13501780601049038.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Prefácio a uma História da Administração Pública brasileira**. XXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro/RJ, 6-10 de set. 2008, 16 p.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. Trad. Waldemar Valente. 4 ed. São Paulo: Global, 2008

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GLEDEN, E. N. **A Administração Pública e a História**. Trad. Vera D. G. Cortês. R. servidor público, Brasília, 109 (3) jul/set. 1974.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

MARCZEWSKI, Jean. **Quantitative History**. Journal of Contemporary History, vol. 3, no. 2, 1968, pp. 179–191. JSTOR, www.jstor.org/stable/259782. Acesso em: 29 Abr. 2020.

MARTINS, Humberto Falcão (1995). **A modernização da administração pública brasileira no contexto do estado**. Dissertação de mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

MAURO, Frédéric. **Da historia seriada ou estatística à história frequencial ou estrutural: o caso do Brasil**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 26(3), pp. 303-310, jul/set. 1972.

PARAÍBA (Província). Presidente Fernandes Chaves. **Relatório** que à Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na Sessão Ordinária de 1842, o excelentíssimo Presidente da mesma Província. Pernambuco: Tipografia de M.F. de Faria, 1842. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente Ricardo José Gomes Jardim. **Discurso** recitado pelo excelentíssimo senhor Presidente da Província da Parahyba do Norte, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Pernambuco: Tipografia de M.F. de F., 1843. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente Agostinho da Silva Neves. **Relatório** que à Assembleia Legislativa da Parahyba do Norte apresentou, na sessão ordinária de maio 1844, o excelentíssimo Presidente da mesma Província. Pernambuco: Tipografia de M.F. de Faria, 1844. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo excelentíssimo Presidente, em maio de 1845. Pernambuco: Tipografia de Santos & Companhia, 1845. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo Presidente da mesma Província, em maio de 1846. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1846. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo excelentíssimo Presidente da Província. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1847. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente António de Vaconcellos. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo excelentíssimo Presidente da Província, em 1º de agosto de 1848. Pernambuco: Tipografia Imparcial, 1848. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente António de Vaconcellos. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Presidente da Província. Parahyba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1849. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente Amorim Bezerra. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, pelo excelentíssimo Presidente da Província. Parahyba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

_____. Presidente António Coelho de Sá e Albuquerque. **Relatório** apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Presidente da Província. Parahyba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1851. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/178#?c=0&m=20&s=0&cv=14&r=0&xywh=-454%2C-477%2C2998%2C2115>>. Acesso: 10/10/2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970;

RANKE, L. (2010). A History of England: Principally in the Seventeenth Century (Cambridge Library Collection - British & Irish History, 17th & 18th Centuries). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511695087;

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. Brasília: Senado Federal- Conselho Editorial, 2005. 589 p.